

Cynthia Mara Miranda

MOBILIZAÇÃO DAS MULHERES

EM ENUNCIADOS DE JORNAIS BRASILEIROS
(1979-1988)



Os feminismos têm uma relação mais direta com o descentramento conceitual do sujeito cartesiano e sociológico ao questionar a clássica distinção entre o "dentro" e o "fora"; o privado e o público. O principal slogan dos movimentos feministas na modernidade tardia, e até hoje, é "o pessoal é político". Assim, as feministas abrem a seara da contestação política a arenas inteiramente novas de vida social: a família, a sexualidade, o trabalho doméstico, a divisão doméstica do trabalho, o cuidado com as crianças, a carreira. As mulheres feministas também enfatizam, como questão política e social, a forma como são produzidos sujeitos generificados. Então, também aqui no Brasil, desde os anos 1970, o que começou como movimento dirigido à contestação da posição social das mulheres expandiu-se para incluir a formação das identidades sexuais e de gênero. Como escreve Cynthia, essa nova conceituação para análise dos movimentos sociais surge na segunda metade do século XX, frequentemente associada às mudanças ocorridas nas sociedades pós-modernas. Vários movimentos sociais se fazem presentes. Além do movimento feminista, ressalta o movimento negro e o movimento ambientalista. A autora enfatiza o protagonismo dos feminismos, ao citar que há consenso entre teóricos/as de diversas áreas do conhecimento sobre o fato de que o Século XX foi marcado pelo feminismo devido a sua grande capacidade subversiva e de mobilização. "Diante de uma cultura política profundamente autoritária e excludente, permitiu às mulheres uma insurreição maciça e global contra seus opressores."

Profª Drª Sandra de Souza Machado



**MOBILIZAÇÃO DAS MULHERES EM
ENUNCIADOS DE JORNAIS
BRASILEIROS (1979-1988)**



Série
**Comunicação,
Jornalismo e
Educação**

Diretor da série:

Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Junior
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Comitê Editorial e Científico:

Profª. Dra. Cynthia Mara Miranda
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Prof. Dr. João Nunes da Silva
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Prof. Dr. Luis Carlos Martins de Almeida Mota
Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal

Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes
UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Prof. Dr. Rodrigo Barbosa e Silva
Universidade do Tocantins (UNITINS), Brasil

Prof. Dr. Rogério Christofoletti
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil

Prof. Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista
Universidade de Caxias do Sul/Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Profª. Dra. Thais de Mendonça Jorge
Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Profª. Dra. Verônica Dantas Menezes
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Prof. Dr. Fagno da Silva Soares
CLIO & MNEMÓSINE Centro de Estudos e Pesq. em História Oral e Memória
Instituto Federal do Maranhão (IFMA)

Dr. Luís Francisco Munaro
Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Dr. José Manuel Peláez
Universidade do Minho, Portugal

Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do
Ministério Público do Tocantins, CESAF/MPTO

Cynthia Mara Miranda

**MOBILIZAÇÃO DAS MULHERES EM
ENUNCIADOS DE JORNAIS
BRASILEIROS (1979-1988)**

φ editora fi

Diagramação e capa: Lucas Fontella Margoni

Fotografia de capa: A passeata dos cem mil em junho de 1968, no Rio de Janeiro. Última a direita, a atriz Norma Bengell.

A regra ortográfica usada foi prerrogativa do autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da Creative Commons 4.0

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

Série Comunicação, Jornalismo e Educação - 4

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

MIRANDA, Cynthia Mara.

Mobilização das mulheres em enunciados de jornais brasileiros (1979-1988). [recurso eletrônico] / Cynthia Mara Miranda -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2016.
88 p.

ISBN - 978-85-5696-049-8

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Comunicação. 2. Jornalismo. 3. Feminismo. 4. Cultura.
5. Ética. I. Título. II. Séries.

CDD-177

Índices para catálogo sistemático:

1. Ética e sociedade

177

AGRADECIMENTOS

A pesquisa que originou este livro foi possível graças ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a qual financiou os meus estudos nos anos de 2006 e 2007, durante o curso de Mestrado no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC) da Universidade de Brasília (UnB), por meio de bolsa que possibilitou minha dedicação exclusiva à pesquisa. Também foi de fundamental importância o acesso à Biblioteca do Congresso Nacional onde foi disponibilizado um enorme acervo de jornais, muitos dos quais formaram fonte prioritária desta pesquisa.

Muitos agradecimentos precisam ser feitos às pessoas que contribuíram de forma significativa a esta pesquisa, seja com correções ou sugestões que agregaram maior profundidade e qualidade ao texto, e que sem às quais não teria sido possível materializar os resultados do mestrado neste livro. Assim agradeço as considerações e comentários feitos pelas professoras Lia Zanotta Machado e Tânia Siqueira Montoro durante minha banca de defesa da dissertação em dezembro de 2007. E por último meu agradecimento especial à amável professora Mireya Suárez que me acolheu e conduziu brilhantemente nesse caminho de investigação e na qual tenho muita admiração.

A todas e todos em geral, que me acompanham constantemente com a sua amizade, seu apoio e seu tempo.

A minha mãe, por todo amor, dedicação e investimento em minha educação

Ao meu companheiro Rogério, pela presença e apoio

Ao meu filho Roger que chegou e trouxe mais felicidade para nossas vidas

APRESENTAÇÃO

Este ano de 2016, em um contexto em que a nata do pensamento nacional (e mundo afora) já compara a um novo crepúsculo da sempre titubeante democracia brasileira, assim como ocorreu em 1964, é apropriado o lançamento deste livro, resultado da pesquisa consistente e esclarecedora realizada pela Dr^a. Cynthia Mara Miranda, professora do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade, ambos da Universidade Federal do Tocantins.

É um trabalho original sobre o fortalecimento e o protagonismo dos movimentos feministas brasileiros, fundamentais aos movimentos sociais nas lutas políticas e ideológicas desencadeadas ao longo do regime militar que vigorou no Brasil, entre 1964 e 1985, e no subsequente período de abertura e retomada democrática. Esta que culminou na promulgação da Constituição de 1988, em vigor até nossa contemporaneidade, apesar de muitas e tantas modificações por meio de emendas parlamentares, ao longo dos anos. Em sua pesquisa, Cynthia prioriza o período de 1979 a 1988, já no declínio da ditadura militar e nas articulações sociais e políticas por eleições diretas para o Congresso Nacional e para o poder Executivo.

Vale ressaltar que aquela Assembleia Nacional Constituinte, eleita pelo voto popular em 1986, marca também o resultado da mobilização das mulheres em organizações sociais, o que propiciou o ingresso das feministas – muitas representantes das diversidades étnicas, de classe e de orientação sexual – nas organizações políticas clássicas. Por conseguinte, o parlamento que elaborou as atuais premissas constitucionais brasileiras revolucionou, em vários sentidos, o que até então eram direitos por e para uma sociedade colonial “branca”, classista, sexista, machista e homofóbica, embasada e

amparada em leis e direitos discriminatórios e preconceituosos.

Como nos relata a professora Cynthia Miranda, para a Constituinte de 1988, foram eleitas 26 deputadas apoiadas por diversas frentes feministas. Proporcionalmente comparado ao número de parlamentares de hoje, principalmente em relação às que são, ou eram, engajadas nos movimentos sociais militantes pelos direitos das mulheres e das diversidades, aquele Congresso Nacional dos anos 1980 foi quase um *dream team*, um time dos sonhos. Algumas mulheres foram eleitas pelos partidos então à *gauche*, como o PMDB – antigo MDB, de oposição aos militares – e o emergente PT. Foi o caso da deputada Benedita da Silva (PT-RJ), ainda hoje uma das raras mulheres negras e das classes mais pobres (empregada doméstica) eleitas para o Congresso Nacional.

O livro resgata o fato de que foi por meio da atuação feminista nos partidos políticos, especialmente no PMDB dos anos 1980, que foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM. E foi com grande mobilização das feministas, dentro e fora do CNDM, que as reivindicações das mulheres foram incorporadas à Constituinte. A campanha nacional com o tema “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher” conseguiu mobilizar muitas outras organizações de mulheres, possibilitando a sistematização de suas propostas em um único documento, batizado de *Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte*.

A elaboração dessa Carta, durante todo o período de movimentação em torno da Constituinte, pelos movimentos feministas, impulsionou diretamente o trato com os parlamentares, de modo a convencê-los da necessidade de serem atendidas suas demandas. Em sua pesquisa, Cynthia lembra que a imprensa apelidou o trabalho intenso das mulheres como o “lobby do batom”, que conseguiu aprovar em torno de 80% de suas reivindicações, constituindo-se no setor organizado da

sociedade civil que mais vitórias conquistou em relação às leis que regeriam o país.

A bancada feminina na Câmara Federal atuou conjuntamente, ao formar um “bloco de gênero”. Reuniu as deputadas constituintes, independente de filiação partidária e, ao superar eventuais divergências ideológicas, elas apresentaram a maioria das propostas em bloco, de forma suprapartidária, garantindo assim a aprovação das demandas dos movimentos sociais feministas.

O livro é baseado em enunciados selecionados de notícias publicadas nos jornais *Correio Braziliense*, *Jornal do Brasil* (extinto diário carioca), e *O Estado de São Paulo*. Com base na análise de tais enunciados, ou fragmentos de notícias, a Dra. Cynthia mostra que, por um lado, a participação das mulheres nos espaços políticos, como no resto dos espaços públicos, cresceu consideravelmente ao longo do período de 1979 a 1988.

Por meio de gráficos e tabelas, e ao proceder a análise dos enunciados, a pesquisa deixa evidente que a grande mídia deu cobertura aos movimentos de mulheres, como também reflete a consolidação dos feminismos interseccionais no Brasil. Tais feminismos mantêm-se até a contemporaneidade, sempre combalidos pela parcela da sociedade que insiste em estagnar-se e resiste à pós-modernidade (ou ao pós-colonialismo).

Sobre essa questão, Stuart Hall, teórico fundador do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade de Birmingham, no Reino Unido, atestou em seu seminal *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade* (1992) que os movimentos feministas formam um dos cinco pilares fundamentais para os movimentos sociais. Para ele, as identidades modernas, à concepção do sujeito, na modernidade tardia, não foi simplesmente desagregado, mas deslocado.

Tal deslocamento deu-se por meio de uma série de rupturas nos discursos do conhecimento moderno. Hall esboça os grandes avanços na teoria social e nas Ciências

Humanas ocorridos no pensamento, no período da modernidade tardia (a segunda metade do século XX), ou que sobre ele tiveram seu principal impacto, e cujo maior efeito, argumenta, foi o descentramento final do sujeito cartesiano.

Ele cita pós-estruturalistas como Michel Foucault, para a História ou para a Sociologia, ou Jacques Lacan, para a Psicanálise, entre os que promovem as rupturas nos discursos estabelecidos. Cada movimento apela para a identidade social de seus sustentadores. Assim, de acordo com Hall, o feminismo apela às mulheres, a política sexual aos LGBTs, as lutas raciais às pessoas negras ou aos povos tradicionais, o movimento antibelicista aos pacifistas, e assim por diante. Isso constitui o nascimento histórico do que veio a ser conhecido como a política de identidade — uma identidade para cada movimento.

Entretanto, os feminismos têm uma relação mais direta com o descentramento conceitual do sujeito cartesiano e sociológico ao questionar a clássica distinção entre o "dentro" e o "fora"; o privado e o público. O principal slogan dos movimentos feministas na modernidade tardia, e até hoje, é “o pessoal é político”. Assim, as feministas abrem a seara da contestação política a arenas inteiramente novas de vida social: a família, a sexualidade, o trabalho doméstico, a divisão doméstica do trabalho, o cuidado com as crianças, a carreira.

As mulheres feministas também enfatizam, como questão política e social, a forma como são produzidos sujeitos *generificados*. Então, também aqui no Brasil, desde os anos 1970, o que começou como movimento dirigido à contestação da posição social das mulheres expandiu-se para incluir a formação das identidades sexuais e de gênero.

Como escreve Cynthia, essa nova conceituação para análise dos movimentos sociais surge na segunda metade do século XX, frequentemente associada às mudanças ocorridas nas sociedades pós-modernas. Vários movimentos sociais se fazem presentes. Além do

movimento feminista, ressalta o movimento negro e o movimento ambientalista. A autora enfatiza o protagonismo dos feminismos, ao citar que há consenso entre teóricos/as de diversas áreas do conhecimento sobre o fato de que o Século XX foi marcado pelo feminismo devido a sua grande capacidade subversiva e de mobilização. “Diante de uma cultura política profundamente autoritária e excludente, permitiu às mulheres uma insurreição maciça e global contra seus opressores.”

O Brasil deste sombrio ano de 2016, ante a ameaça de mais um retrocesso histórico em sua caminhada democrática, necessita ainda mais da força dos movimentos sociais. Das mulheres feministas e sua capacidade de organização. Principalmente, de sua resiliência. Este livro reconta o percurso vitorioso, embora bastante acidentado, das feministas brasileiras. É exemplo para as novas gerações. O foco vai além de um controle do poder. Como afirma a pesquisadora, “deve ser pela mudança cultural, provocada pela criação constante, e de longa duração, de espaços de crítica e de espaços de conquista e reconquista.”

Profª Drª Sandra de Souza Machado
Brasília, 25 de Agosto de 2016.

INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO 1.....	27
Considerações Conceituais e de Procedimento	
CAPÍTULO 2.....	40
Emergência e Evolução das Reivindicações do Movimento Feminista no Brasil	
CAPÍTULO 3.....	61
Natureza dos Movimentos de Mulheres no Brasil	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	79
ANEXO.....	84
Exemplos de fragmentos de notícias não utilizados no texto do livro.	

INTRODUÇÃO

Este livro, resultado da dissertação de mestrado em Ciências Sociais defendida em dezembro de 2007 no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC) na Universidade de Brasília, pretende fazer uma reflexão sobre a mobilização das mulheres brasileiras entre a virada da década de 70 e a promulgação da Constituição de 1988, quando a sociedade se organizava contra o regime militar, instaurando um amplo espaço de crítica social, que denunciava os abusos e as torturas cometidos pelo regime, mas a eles não se limitava. Esse extenso espaço de crítica proporcionou às mulheres a oportunidade de levarem para a esfera pública questões relativas às desigualdades de gênero e ao lugar que ocupavam na sociedade. A mobilização que aqui examino refere-se, então, à emergência e crescimento dos movimentos de mulheres a partir de duas indagações centrais: Mudou e como a atuação pública das mulheres no período estudado? Em que medida suas organizações se ajustam aos moldes dos novos movimentos sociais?

Mobilizações femininas similares são constatadas por Alvarez (2003) em toda América Latina, ao destacar que as latino-americanas que se depararam e foram influenciadas pelo movimento feminista do final dos anos 70, participavam das lutas contra as ditaduras nos movimentos guerrilheiros, nas organizações políticas, no movimento estudantil e nos partidos políticos. Já os anos 80, conforme a autora foram marcados pela brutal opressão estatal e um empobrecimento crescente, o que fez com que esses mal-estares abrissem novos desafios e oportunidades para o desenvolvimento de um movimento feminista latino-americano com bases mais amplas. Isto é, o movimento feminista se firma na medida em que milhares de mulheres começam a se mobilizar politicamente em

resposta a crises econômicas, à repressão política e a violações dos direitos humanos.

No Brasil, Suárez (1998) também destaca que, na metade da década de 70 e início da década de 80, o regime militar perde forças, ao mesmo tempo em que emergem diversos grupos sociais unidos na busca de alternativas ao regime: movimentos estudantis, de igreja, de bairros, pela moradia, dos sem-terra, contra a carestia, pelos direitos humanos, em defesa da mulher, dos negros, dos homossexuais, etc. Mesmo apresentando suas especificidades, tais movimentos encontram um lugar comum: a construção da democracia no país, de onde partem para o questionamento da sua própria condição de vida e para elaborarem propostas reivindicativas de caráter específico.

Essas e outras leituras referentes às mobilizações de mulheres na América Latina sugerem que os movimentos de mulheres e, particularmente, o feminismo, nascem no bojo de grandes crises sociais. Vale aqui uma pausa para destacar que não existe consenso quanto à distinção entre *movimento de mulheres* e *movimento feminista*. Numa primeira aproximação, pode-se afirmar que o movimento de mulheres é mais amplo. Porquanto o movimento feminista faz parte dele. Mas, uma reflexão mais profunda sugere que são diferentes quanto ao modo de saber e à amplitude das reivindicações. O movimento de mulheres difere do movimento feminista nas reivindicações específicas do primeiro, que emanam do *habitus*, descrito por Bourdieu (1990) como saber localizado e resultante do entrelaçamento do ator com a sua prática social cotidiana. Já as reivindicações do movimento feminista, embora também orientadas pelo *habitus*, procedem de esquemas conceituais disciplinados e altamente ideológicos. Caracterizado por promover a denúncia da desigualdade de gênero, o movimento feminista levanta reivindicações universalizáveis, que são específicas das mulheres enquanto

mulheres e não enquanto mulheres trabalhadoras, mulheres donas de casa, etc.

A pesquisa que apresento a seguir é fruto do meu interesse pelas reivindicações específicas das mulheres enquanto mulheres. Esse interesse vem de longa data, estimulado por experiências que me permitiram atentar para o fato de mulheres e homens não serem apenas diferentes, mas também desiguais. Meu olhar sobre a esfera privada, no espaço doméstico, visualizando as relações de poder e de dominação estabelecidas pelo pertencimento a uma categoria sexual, gerava muitas indignações e indagações que incitavam-me a participar eventualmente de grupos e instituições ligados ao movimento feminista.

Em 2003, quando participei do III Fórum Social Mundial em Porto Alegre, a Marcha Mundial das Mulheres chamou-me a atenção, despertando meu interesse em trabalhar sistematicamente o movimento feminista¹. Identificada como *uma ação do movimento feminista internacional de luta contra a pobreza e a violência sexista*, a Marcha se originou em 2000, no Canadá e criou uma rede feminista em todo o mundo, com o objetivo de fortalecer as reivindicações das mulheres.

Após meu primeiro contato com a Marcha, ao retornar a Palmas, continuei explorando o tema enquanto cursava especialização em História Social na Universidade Federal do Tocantins. Em 2006 ingressei no mestrado no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas com a intenção de estudar a Marcha Mundial das Mulheres. Contudo, ao longo do primeiro ano de ingresso no curso, meus estudos me possibilitaram perceber a magnitude dos movimentos de mulheres e principalmente do movimento

¹ No Brasil, a Marcha esteve presente no referido Fórum Social Mundial, na Marcha das Margaridas e em várias campanhas nacionais e internacionais. Cf. Marcha Mundial das Mulheres. Disponível em: [\[http://www.sof.org.br/marcha/?pagina=aMarcha\]](http://www.sof.org.br/marcha/?pagina=aMarcha). Acesso: 22 nov. 2006.

feminista. Assim, passei a ver a Marcha como uma das inúmeras expressões e reivindicações desse amplo movimento, sobre o qual minhas informações eram escassas, por estarem limitadas às minhas atividades de militante no âmbito do movimento. Essas limitações, por um momento representaram um muro alto que separava o mundo externo. Uma caverna, como a descrita no mito de Platão². A militância não me permitia visualizar as nuances da amplitude do movimento feminista, mesmo que em uma determinada ocasião ela tenha despertado meu interesse pelo estudo do tema.

No início do primeiro semestre de 2007, meu interesse voltou-se para a produção acadêmica sobre os movimentos de mulheres, a internacionalização do feminismo e seu impacto inovador nas sociedades. A partir deste recorte ampliado, minhas indagações se direcionaram ao entendimento desses movimentos do ponto de vista sociológico e comecei a concentrar meus estudos na trajetória dos movimentos de mulheres brasileiras e na constituição do movimento feminista enquanto novo movimento social, entre os anos de 1979 e 1988.

A importância do tema está diretamente relacionada a vários acontecimentos políticos que marcaram o país, tais como a afirmação da democracia, a observância dos direitos humanos e a formulação de políticas para as mulheres. A afirmação da democracia deu-se graças à grande contribuição dos diversos movimentos sociais que se insurgiram na cena pública do período destacado, criando as condições para o estabelecimento da democracia ao trazer uma crítica e buscar alternativas ao regime. Os diversos movimentos passaram a abrir novos espaços

² O mito da caverna é uma parábola escrita pelo filósofo Platão, e encontra-se na obra intitulada *A República* (livro VII). Trata-se da exemplificação de como o ser humano pode se libertar da condição de escuridão que o aprisiona por meio da luz da verdade. PLATÃO. *A República*. Tradução Carlos Alberto Nunes. Belém: EDUFPA, 2000.

políticos e a reelaborar temas com base na experiência cotidiana. Conforme destaca Sader (1988), tais movimentos efetuaram uma espécie de alargamento do espaço político, rechaçando a política tradicionalmente instituída e politizando questões do cotidiano, como os lugares de trabalho e de moradia. O impacto dos movimentos sociais levou a uma revalorização das práticas sociais presentes no cotidiano popular, ofuscadas pelo militarismo, o que criou um ambiente favorável para o estabelecimento da democracia.

Com relação à observância dos direitos humanos, Sachs (1998) destaca que, sob a pressão dos movimentos sociais, da opinião pública e do debate sobre a cidadania assiste-se, em numerosos países, ao fortalecimento dos estados de direito e das garantias das liberdades.³ Por toda parte, a luta pelos direitos humanos, com seus sucessos e fracassos, constituiu o eixo fundamental de convergência dos diversos movimentos contra as torturas praticadas pelos regimes militares da América Latina. O Movimento Feminino pela Anistia, por exemplo, atuou com grande destaque na sociedade brasileira, organizando as mulheres para a luta nacional contra a ditadura, a libertação dos presos políticos, a volta dos exilados e o fim das torturas nos porões da repressão, o que se configurou em uma atuação fundamentada na observância dos direitos humanos.

A mobilização das brasileiras, surgida no bojo do conflito social e redefinida em termos específicos ao longo do período estudado, certamente teve influência nos âmbitos de formulação de políticas públicas do governo

³ SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento, Direitos Humanos e Cidadania*. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/exclusaopobreza/artigo06.htm>. Acesso: 6 nov. 2007.

federal, que passaram a levar em consideração as necessidades específicas das mulheres.

Ao fazer referência à formulação de políticas públicas para as mulheres no Brasil, destaco que foi com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM, em 1985, que se deu a primeira experiência de institucionalização das reivindicações das mulheres brasileiras. Dela resultou a implantação, em âmbito federal, das primeiras políticas públicas dirigidas especificamente às mulheres e não apenas às mulheres-mães. Anteriormente, as mulheres não dispunham de um órgão institucionalizado para atender suas demandas específicas, no sentido de que essas demandas resultassem na elaboração e efetivação de políticas específicas. Com a criação do CNDM, novas iniciativas surgiram para responder aos problemas específicos das mulheres como, por exemplo, as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs) e os abrigos governamentais para a proteção de mulheres em situação de violência.

Para examinar a emergência e crescimento da enunciação de mulheres e sobre mulheres na esfera pública, fiz uso de uma base de dados composta de fragmentos de notícias publicadas no período de 1979 até 1988 nos jornais: *Correio Braziliense*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de São Paulo*. Por “fragmentos”, entendo os parágrafos selecionados do texto inteiro da notícia, que também chamo de “enunciados”. Dessa maneira, não analiso as notícias inteiras, mas os enunciados nelas presentes e que dizem respeito a: feminismo e feministas; reivindicações das mulheres; participação das mulheres nas lutas políticas; participação das mulheres na esfera pública; participação das mulheres na esfera política; reconhecimento de direitos; e produção cultural das mulheres.

Com o propósito de detectar - na imensa quantidade de enunciados que as notícias contêm - os fragmentos que revelam a ação das mulheres na esfera

pública, essas temáticas foram predefinidas em conformidade com o conceito de *ação* de Arendt (1993). Ação, afirma a autora, é a condição de toda vida política, posto que torna o sujeito visível na sua diferença e gera reconhecimento de suas especificidades dentro da pluralidade social. A ação é o meio pelo qual o indivíduo comanda sua própria vida, pressupondo sua participação política no espaço social em que labora e trabalha.

Desse modo, a coleta de dados não levou em consideração todo enunciado referente a qualquer mulher ou a todas as mulheres, senão aqueles que revelam novas formas de inserção social das mulheres na sociedade e, principalmente, enunciações referentes à organização política das mulheres por si e para si. Como exemplo dos enunciados que foram excluídos da análise, destaco os referentes a eventos de primeiras damas, ao trabalho das mulheres na área da assistência social e à atuação da mulher na moda. Esses tipos de enunciados não foram levados em consideração já que mostram o papel tradicionalmente desempenhado pelas mulheres, como o de ser primeira dama, a noiva que casa, a esposa da coluna social, etc. Tais enunciados são certamente importantes, até porque a presença feminina mais marcante nas notícias é justamente nesse tipo de papel. Porém, meu interesse não é a continuidade dos papéis tradicionais, mas a mudança para novos papéis que expressem ação.

A base de dados inclui enunciados referentes a mulheres que desempenham papéis tradicionais, como donas-de-casa, prostitutas e domésticas. No entanto, trata-se de mulheres que atuam em associações de donas-de-casa, de prostitutas ou de empregadas domésticas. Neste caso, tais enunciados não mostram apenas o desempenho de um papel tradicional, mas também revelam o engajamento dessas mulheres em ações que reivindicam suas demandas específicas.

O livro está dividido em três capítulos. O primeiro descreve a metodologia utilizada para coletar e analisar os dados, de modo a destacar sua utilidade e limitações em explicar a emergência e crescimento dos movimentos de mulheres no bojo da crítica ao militarismo e a sua organização nos moldes dos novos movimentos sociais.

O segundo capítulo discute a mobilização das mulheres brasileiras, que resultou na emergência do movimento feminista e a estreita relação entre o seu surgimento ou revitalização e os momentos de insurgência social, que certamente impulsionaram o desdobramento desses movimentos em crítica cultural e em afirmação da identidade de mulher.

No terceiro e último capítulo, foi destacada a natureza dos movimentos de mulheres no Brasil. A abordagem teórica denominada de *novos movimentos sociais* mostrou-se a mais adequada para a minha abordagem sobre os movimentos de mulheres nos anos 70 e 80. O modelo teórico denominado *movimentos clássicos* também foi levado em consideração pela sua importância, ainda presente, na análise dos movimentos sociais atuais.

CAPÍTULO 1

Considerações Conceituais e de Procedimento

Conforme exposto na Introdução, a base de dados desta dissertação é composta pelos enunciados de mulheres e sobre mulheres. Foram retirados dos textos de notícias publicadas entre 1979 e 1988 pelos jornais *Correio Braziliense*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de São Paulo*. Esses anos perfazem um período da história do Brasil, compreendido entre agosto de 1979, ano da concessão de anistia aos perseguidos pelo regime militar e outubro de 1988, quando da promulgação da Constituição Federal.

O período escolhido permite o exame da relação entre o aparecimento dos movimentos e a crise social, possibilitando a observação de continuidades e mudanças ocorridas no posicionamento das mulheres enquanto sujeitos subalternos que se insurgem nos espaços públicos. Dividi este período em dois tempos, marcando o primeiro os conflitos causados pela ditadura no país. O segundo foi referenciado pela queda do regime militar, resultando na redemocratização.

O conteúdo de cada uma das 699 notícias examinadas foi submetido à análise de conteúdo, a fim de selecionar o trecho em que o sentido emitido pela notícia aparece com maior clareza e a distingue do seu *corpus* empírico inteiro. Desse modo, a amostra da investigação compreende um fragmento por notícia, no total de 699 fragmentos analisados.⁴ O presente trabalho não pretende, portanto, examinar as notícias na íntegra, mas enfatizar os

⁴ Desse conjunto constam 4 entrevistas, 14 artigos e 1 carta do leitor, que também foram incluídos. Apesar de não serem propriamente notícias, os mesmos trazem enunciações de mulheres e sobre mulheres no seu conteúdo, o que justifica sua inclusão.

sentidos centrais dos fragmentos de notícias captados nos dizeres das mulheres e sobre mulheres.

Considero que o banco de dados, que inclui tanto os fragmentos como as notícias de onde foram retirados, se constitui em contribuição importante do trabalho realizado para a elaboração desta pesquisa. Contudo, sua utilização foi limitada, já que o tempo disponível não permitiu realizar uma análise propriamente linguística dos dados, que mostrasse os textos e que fosse capaz de associar o conteúdo dos enunciados com as tendências participativas das mulheres. .

Conforme Montoro (*apud* Bandeira & Suárez, 1999), a produção da notícia pelo jornalismo compreende um processo de (re) produção dos sentidos com os quais o receptor da comunicação (leitor, ouvinte ou telespectador) já está familiarizado. No entanto, essa produção é largamente vetorizada pelas rotinas produtivas do jornalismo, pois repórteres e editores utilizam vetores de sentido quando selecionam e acentuam alguns sentidos em detrimento de outros.

Para Motta (2007), os discursos narrativos jornalísticos são construídos através de estratégias comunicativas que recorrem a operações e opções linguísticas e extralinguísticas para produzir efeitos de sentidos e conquistar a adesão do leitor, ouvinte ou telespectador. A organização narrativa do discurso jornalístico, ainda que espontânea e intuitiva, não é, portanto, aleatória.

Com isso, a narrativa jornalística não pode ser tomada como espelho fiel da realidade, como entendem os que consideram os jornalistas simples observadores neutros, relatores dos fatos e, conseqüentemente, fiéis transmissores do discurso, que chega até o receptor respaldado pela imagem de imparcialidade, verdade e objetividade, atribuída à imprensa (TRAQUINA, 1995). Em contraste com essa proposta, já é consenso na

atualidade a definição de narrativa jornalística como sendo um discurso produzido por pessoas, abordando uma determinada realidade na qual estão inseridas. Há que se considerar, portanto, todas as subjetividades daí advindas.

Conforme Sousa (2002) a notícia, é uma construção linguística caracterizada por destacar alguns aspectos da realidade, em detrimento de outros, o que resulta num processo altamente subjetivo, onde fatores de natureza pessoal, social, ideológica, histórica, entre outros, influenciam diretamente no conteúdo da informação. Nessa perspectiva, não há como o jornalista, independentemente de sua índole, descrever os fatos que testemunha de maneira totalmente livre de interpretações.

O caráter de subjetividade atribuído à notícia não compromete, entretanto, sua relação com o acontecimento que narra, já que a difusão por meios jornalísticos exige narrativas com sentido compreensível, conforme lugar, circunstâncias e momento histórico em que se dão. O jornalista precisa falar dos acontecimentos utilizando uma abordagem que faça sentido ao receptor.

A partir do campo da história, Michel Foucault (1972, 1999) demonstra de maneira conclusiva que os discursos têm o poder de construir a sociedade. A partir da lingüística, Austin (1962) afirmou que se tornam verdadeiros eventos, produzindo efeitos práticos. Na mesma direção, Bourdieu (1990) concebe o mundo social como um lugar de lutas a propósito de palavras, cuja gravidade deve-se ao fato de outorgarem significado às coisas, em razão do que, mudar as palavras implica mudar as próprias coisas.

Pelas razões acima expostas, entendo que os fragmentos de notícias usados nesta pesquisa são fatos integrantes da sociedade brasileira no período estudado e que, embora sejam fatos que divergem da realidade vivida pelos movimentos sociais da época, a ela estão necessariamente ligados, já que devem carregar sentidos

compreensíveis para os receptores. Desse modo, os fragmentos de notícias oferecem informações adequadas para examinar a mudança da atuação pública das mulheres nesse período. Levando em conta que a narrativa jornalística é um dos campos discursivos sobre a sociedade ou, pelo menos, expressa os diversos campos discursivos, suas enunciações dizem respeito à inserção das mulheres na sociedade.

A limitação imposta pelo uso desses fragmentos de notícias é que eles são construções da inserção das mulheres na sociedade. São, portanto, fatos sociais em si mesmos, que não equivalem necessariamente aos fatos relativos às ações das mulheres em prol de sua inserção na sociedade. Para examinar a ação das mulheres no período, teria sido mais apropriado usar informações provenientes delas mesmas, posto que seu envolvimento na mobilização social e sua vivência do mal-estar ofereceriam versões da própria ação que, embora também sejam construções narrativas, ofereceriam uma informação menos mediada, na medida em que quem fala é o próprio sujeito da ação.

Quanto ao procedimento empregado, é preciso dizer, em primeiro lugar, que o estabelecimento das unidades de classificação e interpretação dos enunciados obedeceu à combinação de critérios conceituais e empíricos. Tentei, por um lado, incluir categorias conceituais referentes aos movimentos sociais que me permitissem examinar as diferenças do movimento relativas à sua forma de organização. Para esse fim, examinei os enunciados a partir das categorias: “objetivos”, “modos de ação” e “sujeitos da ação”. Por outro lado, busquei, por meio da empiria, identificar os temas, revelados nos próprios enunciados, que permitissem mostrar a ação das mulheres na esfera pública. De acordo com a concepção de Arendt (1993), ação é o meio pelo qual o indivíduo, através da participação política no espaço social, assume o comando de sua própria vida. A partir desse procedimento,

foram estabelecidas sete unidades de classificação dos enunciados, nas quais mostro seu respectivo exemplo de aplicação:

Feminismo e Feministas: abarca todos os enunciados que tratam diretamente das ações do movimento feminista em âmbito local, nacional ou internacional, além das ações autônomas de feministas e do feminismo em geral. Os fragmentos enquadrados nesse tema apresentaram a palavra “feminismo” ou a palavra “feminista”, como destacado no exemplo abaixo:

A exemplo dos movimentos *feministas* organizados juridicamente no Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, foi criado na Capital da República, no último mês de setembro, o Brasília-Mulher, com o objetivo de mobilizar as mulheres das diversas camadas sociais, para conscientizá-las da necessidade de se integrarem na luta em busca do seu legítimo papel na sociedade (CORREIO BRAZILIENSE, 23 NOV., p. 21, 1980).

Reivindicações de mulheres: inclui todos os enunciados que abordam as reivindicações das mulheres voltadas para o questionamento da sua condição de vida em diversas áreas como o direito, a justiça, o poder, a participação política, entre outras. A característica aglutinadora desta variável é que os enunciados ressaltam a existência de conflito entre homens e mulheres, como no exemplo a seguir:

Centenas de prostitutas fizeram hoje de madrugada uma passeata, que passou defronte ao DOPS e ao Departamento Estadual de Investigações Criminais, pedindo justiça pela morte de Maria Regina Rezende, assassinada com injeção de curare pelo quintanista de Veterinária Dan Martin Blum (JORNAL DO BRASIL, 22 set., p. 15, 1979).

Participação das mulheres nas lutas políticas: refere-se aos enunciados que mostram a participação das mulheres nas ações políticas do país. A especificidade desse tema é destacar a participação das mulheres em lutas políticas que não se referem exclusivamente à sua condição de vida, como é o caso das lutas pela anistia e pela democracia. Exemplo:

Depois de viver 11 anos na clandestinidade, “exilada dentro do meu próprio país, sem lenço nem documento”, a única sobrevivente da diretoria da UNE eleita em 1968 – seus companheiros morreram todos nas prisões – a ex-estudante de Direito Doralina Rodrigues de Carvalho, hoje com 31 anos, reapareceu no congresso da UEE-MG, em Ouro Preto, na semana passada, e, num inflamado discurso, disse que vai continuar seu trabalho nas bases operárias (JORNAL DO BRASIL, 2 set., p. 14, 1979).

Participação das mulheres na esfera pública: reuniu os enunciados da atuação das mulheres na esfera pública em diferentes espaços, tais como encontros e congressos femininos, organizações comunitárias, movimentos sociais, sindicatos e mercado de trabalho. Exemplo:

Pela primeira vez desde a criação do Governo do Distrito Federal, foi admitida uma mulher como motorista oficial, concursada. Trata-se de Maria da Graça Conrado, dois filhos, residente na Ceilândia Norte e que já exercia a profissão há dez anos, como instrutora de auto-escola. (CORREIO BRAZILIENSE, 9 nov., p. 26, 1980).

Reconhecimento de direitos pelos outros: esse tema engloba os enunciados que abordam o reconhecimento de direitos pelos outros. Os outros aqui são entendidos como

instituições formais como o Estado (poder legislativo, executivo e judiciário), a Organização das Nações Unidas, além de pessoas que, na posição de gestores públicos em âmbito local, regional, nacional e internacional, reconhecem e apoiam as reivindicações das mulheres. Exemplo:

As mulheres francesas receberam ontem, do presidente François Mitterrand, a promessa de uma mudança na legislação em seu benefício, com a instituição de uma lei anti-sexista semelhante à já existente contra o racismo, além da garantia de acesso da mulher a todos os empregos públicos e da anulação, para efeitos fiscais, do conceito de “chefe de família”, função que poderá ser exercida por ambos os sexos. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 9 mar., p. 21, 1982).

Produção cultural das mulheres: refere-se aos enunciados que tratam da produção cultural das mulheres no jornal, no rádio, na televisão, no cinema, no teatro, na literatura e outras artes. Exemplo:

Já se falou tanto do matriarcado no teatro brasileiro que qualquer referência ao fato se torna reiterativa. Mas não há como fugir a essa evidência. O verão teatral será quase totalmente dominado pelas mulheres. As atrizes ocupam avassaladoramente os palcos marcando posição feminina e deixando aos homens um papel de honroso coadjuvante (JORNAL DO BRASIL, 9 mar, p. 2, 1984).

Participação das mulheres na esfera política: esse tema inclui os enunciados da participação das mulheres na política partidária, nos cargos eletivos municipais, estaduais, federal e internacional, incluindo também sua atuação dentro dos partidos, nos núcleos de mulheres. Exemplo:

Um grupo de mulheres atuantes na política do país, representado pelas deputadas federais Mirtes Bevilaqua (PMDB-ES) e Júnia Marise (PMDB-MG) e pela deputada estadual Ruth Escobar (PMDB-SP), entre outras, recebeu ontem, do candidato da Aliança Democrática, Tancredo Neves, sinal verde para dar início aos estudos com vistas à criação do Conselho da Condição Feminina (CORREIO BRASILIENSE, 12 jan, p. 3, 1985).

Para armazenamento e análise dos dados referentes a cada notícia, foi utilizado o programa de análise estatística *Statistical Package for the Social Sciences* – SPSS, que permite realizar cálculos estatísticos no domínio das Ciências Sociais. O uso do SPSS pode evocar o desenvolvimento de uma análise quantitativa e, até mesmo, objetiva. Além disso, como afirma Cunha (*apud* Lago & Benetti, 2007), toda coleta de dados implica um posicionamento teórico e uma categorização dos fenômenos observados, que pressupõem a atribuição de qualidades à realidade em estudo.

O SPSS é uma ferramenta adequada para se organizar dados e conhecer sua magnitude. Antes, entretanto, é necessário que os enunciados já tenham sido interpretados e que estejam definidos os critérios conceituais. Nesse sentido, os dados aqui usados foram construídos e materializados em variáveis. Essa construção, entretanto, não é aleatória e está limitada pela evidência.

Os jornais *Correio Braziliense*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de São Paulo* foram escolhidos para a coleta da informação por causa de sua ampla circulação, além de sua preeminência em três grandes capitais brasileiras. Outra razão, esta de ordem muito prática, é que tenho acesso a suas edições em Brasília mesmo.

O processo de coleta dos dados envolveu a consulta a todas as edições dos jornais, página por página, compreendendo os finais de semana e as da semana

anterior e posterior ao Dia Internacional da Mulher (8 de março).

Para organizar as informações obtidas com a leitura das notícias, a seleção e a classificação dos enunciados, defini os indicadores para catalogar as notícias em conformidade com sua inserção jornalística. Sete indicadores foram usados para esse fim: Número da notícia, Título da notícia, Nome do Jornal, Ano da publicação, Mês, Página e Seção do jornal na qual a notícia foi encontrada.

As notícias foram encontradas nas seguintes seções de cada jornal: Capa; Cidade; Direitos Humanos; Economia; Exterior; Internacional; Nacional; Opinião; Política; Política e Estado; Política e Governo; Variedades; Jornal Especial; Revista de Domingo; Artes e Roteiros; Militares; Saúde; Cartas; Polícia; Violência; Estados; Negócios e Finanças; Atualidades; Carnaval; Caderno de Cultura; Tribunais; Igreja; Aparte; Vota Brasília; Entrevista; Suplemento Feminino; Noticiário Geral; Interior e Brasil.

Para facilitar a organização das notícias, compilei as seções semelhantes ou temporárias em seções mais amplas, de acordo com as tendências atuais do jornalismo impresso. Assim, a compilação em um número menor de seções possibilitou uma melhor correlação dos dados, já que algumas seções tiveram pouca frequência de notícias e também apresentaram uma curta permanência temporal nos jornais, como no caso das seções Militares, Direitos Humanos, Igreja, Carnaval e Tribunais. As seções que apresentaram alguma semelhança foram agrupadas, como no caso de *Política e Estado* e *Política e Governo*, que foram incluídas em *Política*. Desse procedimento, resultou o agrupamento das notícias em 11 seções, descritas a seguir:

Cidade: notícias localizadas em Cidade e em Noticiário Geral;

Internacional: notícias localizadas em Internacional e Exterior;

Política: notícias localizadas em Política e Estado, Política e Política e Governo;

Nacional: notícias localizadas em Interior, Estados, Nacional e Brasil;

Cultura: notícias localizadas em Artes e Roteiros e Caderno de Cultura;

Variedades: notícias localizadas em Variedades, Atualidades, Caderno B, Suplemento Feminino, Aparte e Revista de Domingo;

Capa: notícias localizadas nas capas dos jornais;

Eventual: notícias localizadas em Saúde, Carnaval, Jornal Especial, Tribunais, Igreja, Vota Brasília, Militares e Direitos Humanos;

Economia: notícias localizadas em Economia e Negócios e Finanças;

Opinião: notícias localizadas em entrevistas, artigos, Cartas e Opinião;

Polícia: notícias localizadas em Polícia e Violência.

Tabela 1: Frequência das Notícias nas Seções dos Jornais

Seção da notícia	Número	Porcentagem
Cidade	151	21,6%
Internacional	131	18,7%
Política	118	16,9%
Nacional	83	11,9%
Cultura	45	6,4%
Variedades	42	6,0%
Capa	40	5,7%
Eventual	33	4,7%
Economia	28	4,0%
Opinião	19	2,7%
Polícia	7	1,0%
Total	697	99,7%
Sem informação	2	0,3%

Fonte: Matriz de Fragmentos de Notícias

Como se pode apreciar na tabela 1, a maioria das notícias está concentrada nas seções *Cidade* (21,6%), *Internacional* (18,7%), *Política* (16,9%) e *Nacional* (11,9%). A seção *Cidade*, segundo os principais manuais de redação do jornalismo e as práticas atuais de produção do jornalismo impresso, destina espaço para a cobertura de fatos e eventos no contexto local. Considera-se que estes assuntos não seriam de interesse para públicos de outras localidades. Portanto, sugere-se que a seção não tenha tanta relevância no jornal, o que poderia explicar o porquê da localização em alta frequência das notícias de mulheres nessa seção, enquando acontecimentos de interesse meramente local.

Entretanto, há que considerar também que as notícias de mulheres e sobre mulheres também aparecem na seção *Internacional* com elevada frequência (18,7%). Isto pode estar relacionado com a repercussão do movimento feminista nos países do norte, principalmente nos Estados Unidos e na França, além de sua importante atuação nas arenas criadas pela ONU para discutir os problemas femininos mundiais já nas décadas de 70 e 80 do século passado.

A seção *Política*, considerada a parte de maior relevância e, conseqüentemente, de maior visibilidade dos jornais, também destinou um espaço significativo para as enunciações de mulheres e sobre mulheres (16,9%). Tal fato demonstra a forte presença das mulheres na esfera pública e política, como será visto mais adiante, ao serem apresentados os dados referentes ao aumento das enunciações das mulheres ao longo do período estudado.

A seção *Nacional* que traz destaque aos acontecimentos de importância nacional destinou espaço as notícias de mulheres e sobre mulheres em uma alta frequência o que sugere uma valorização dessas notícias em um contexto mais amplo que o local.

As seções *Eventual*, *Economia*, *Opinião* e *Polícia* foram as que destinaram menos espaço para as notícias de

mulheres e sobre mulheres. Suas frequências ficaram em torno de 4,7%, 4,0%, 2,7% e 1,0%, respectivamente. A baixa frequência de notícias na seção *Eventual* é justificável por reunir as seções que não tiveram continuidade nos jornais ao longo dos anos estudados, como foi o caso de *Militares*, *Carnaval* e *Direitos Humanos*.

Na seção *Opinião*, destinada a veicular a opinião do próprio jornal ou de cidadãos/leitores por meio de artigos que se enquadrem na linha editorial do jornal, aparecem poucas enunciações de mulheres e sobre mulheres (2,7%). A pouca frequência poderia ser explicada pelo fato de a seção referir-se a personagens de elevado *status* social (geralmente homens, brancos e heterossexuais) e não àqueles, que, como as mulheres, gozam de pouco prestígio. A ausência de enunciados de mulheres e sobre mulheres nessa seção pode ser interpretada como desvalorização, por parte do jornal, da presença marcante das mulheres no espaço social desse período. Já a baixa frequência de notícias localizadas nas seções de *Economia* e de *Polícia* pode ser explicada pelo fato de que referem-se a seções que são pautadas por temática específica e, portanto, não destinam espaço a qualquer outra temática.

As seções de *Cultura*, *Variedades* e *Capa* também apresentam baixa frequência de notícias de mulheres e sobre as mulheres, ficando em torno de 6,4%, 6,0% e 5,7%, respectivamente. Na seção *Cultura*, que destina espaço para fatos relacionados às manifestações culturais e artísticas das cidades, do país e do âmbito internacional, não há muito espaço para estas notícias, o que poderia indicar uma certa desvalorização da produção cultural que emana da criatividade feminina por parte da sub-cultura jornalística e, portanto, da sociedade. Esta questão será tratada no Capítulo 2, quando examino a baixa frequência de enunciados referentes ao feminismo, uma produção cultural exclusivamente de mulheres.

A escassez de notícias na seção *Variedades* (6,0%) é explicada pelo fato de a atuação feminina nessa seção relacionar-se mais a eventos da coluna social e de moda. Com isso, no momento da seleção das notícias, foram escolhidas apenas as que refletiam uma atuação inovadora das mulheres, o que fez com que a frequência nessa seção fosse, conseqüentemente, baixa.

A *Capa* é a parte que chama a atenção do leitor para o que será encontrado dentro do jornal, mostrando as notícias selecionadas como destaque pelos editores dos jornais. Assim, a explicação para a baixa frequência dos enunciados (5,7%) sugere que as notícias de mulheres e sobre mulheres não merecem maior destaque do que já ocupam no lugar onde se encontram. Pode-se argumentar que, como a notícia não é totalmente desprendida da realidade, já que narra acontecimentos com sentido compreensível para o lugar e momento histórico onde surgem, a quase ausência de enunciações na capa não decorre exclusivamente de decisões editoriais, mas reflete as orientações culturais de uma sociedade que outorga menor valor à voz feminina.

CAPÍTULO 2

Emergência e Evolução das Reivindicações do Movimento Feminista no Brasil

Os movimentos de mulheres, inclusive o feminismo, podem ocorrer simplesmente pelo mal-estar sentido ou, até mesmo, em virtude de processos de mobilização de organismos governamentais ou internacionais. Porém, a efervescência social, as crises ou as revoluções parecem ser momentos e contextos que impulsionam a emergência e desenvolvimento desses movimentos. A insurgência social generalizada parece transformar-se, nesses momentos, em insurgência social específica das mulheres.

A Revolução Francesa é um bom exemplo para demonstrar a transformação de reivindicações gerais em movimento social de mulheres, já que foi nessa revolução que o movimento feminista ganhou força de expressão na França e no mundo. A partir das grandes revoluções, o movimento feminista manifesta seu caráter reivindicatório, unindo-se a outros movimentos e tornando públicas suas muitas inquietações.

Com a Revolução Francesa, surgem os partidos de esquerda e as mulheres encontram espaço para suas manifestações. Elas passam a colaborar nos partidos, conquistando, por exemplo, o direito ao voto. Desse modo, os movimentos franceses de mulheres passaram a ficar intimamente ligados aos movimentos políticos que buscavam firmar as ideias liberais.

O feminismo, dessa forma, emerge das lutas liberais burguesas do século XVIII, ante a grande contradição gerada por as mulheres estarem excluídas das liberdades,

dos direitos e da igualdade proclamados por essas mesmas lutas⁵. Nasce desse pensamento liberal burguês o movimento sufragista, que alimentará as reivindicações das mulheres ao longo do século XIX e boa parte do século XX. Todavia, somente a partir da década de 70 do século XX, o feminismo passa a desenvolver-se, de forma crescente e acelerada, como movimento social. Ou seja, como ator social coletivo, tornou-se capaz de deixar bem mais visíveis as diferenças e desigualdades de gênero nos espaços públicos das diversas nações ocidentais (COBO, 1999). Sob a influência de obras como “O Segundo Sexo” (1949), da francesa Simone de Beauvoir e “A Mística Feminina” (1963), da americana Betty Friedan, fica claro que já não bastava apenas conquistar os direitos civis das mulheres, mas era também necessário denunciar sua condição subordinada. O que importava era revelar os mecanismos psicológicos e sociais da subordinação e projetar estratégias capazes de proporcionar às mulheres uma liberação integral, que incluísse também o domínio sobre seu próprio corpo e desejos.

Desde a publicação dessas obras referenciais, a teoria feminista e o projeto do movimento experimentaram importantes mudanças conceituais, principalmente no que diz respeito à percepção de que as mulheres não constituem um segmento propriamente subordinado que

⁵ O feminismo francês é freqüentemente apontado como precursor do feminismo por causa da marcante figura de Olympe de Gouges, que fora guilhotinada por haver publicado, em 1791, a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, inspirada na *Declaração dos Direitos Humanos*, promulgada dois anos antes. Nesse século, diversas ativistas e pensadoras também ganharam expressão no cenário europeu, como é o caso de Mary Wollstonecraft, escritora inglesa que publica, em 1792, *Reivindicações dos Direitos das Mulheres*. Mujeres en Red.

deva ser liberado, mas que constituem um poder subalternizado. A esse respeito, Spivac (1988) nota que as mulheres devem ser vistas como segmentos cuja consciência de suas particularidades, ações e inserções sociais como sujeitos subalternizados as dota de poderes para gerar mudanças sociais. Desse modo, a mudança é vista como a emergência politizada da condição subalternizada das mulheres, pelo que o resultado mais significativo dessa abordagem é destacar a inovação social, a insurgência manifesta nos espaços públicos.

Com isso, o movimento feminista vem se organizando e atuando em diferentes frentes reivindicatórias, que tratam de uma diversidade de mal-estares, como os direitos reprodutivos, a violência doméstica, o assédio sexual, a licença-maternidade, os salários desiguais, entre outros. A meta do movimento é atingir a equidade de gênero e, para isso, está empenhado na busca pelos direitos das mulheres. As reivindicações advindas com o movimento feminista, lograram grandes êxitos, que podem ser traduzidos em mudanças concretas como a conquista do direito de voto, a garantia de emprego e maior equidade nos salários, o direito ao divórcio e, em muitos países, o direito ao aborto.

A partir de maio de 1968, após o sucesso dos movimentos contestatórios iniciados em Paris, o movimento feminista ganhou maior dimensão em termos de organização e mobilização. Nessa época, uma grande mobilização estudantil tomou as ruas parisienses, obtendo o apoio dos trabalhadores e de outros segmentos da sociedade. Entre os alvos da contestação, estavam a estrutura acadêmica conservadora, a situação social e política do país e o governo do general Charles de Gaulle. Os acontecimentos de maio de 1968 expandiram-se por vários países, como Alemanha, Itália, Espanha, Polônia, México, Argentina entre outros. Jovens e trabalhadores inspirados pela rebeldia parisiense começaram a protestar

contra as guerras, a situação do pós-guerra e as ocupações imperialistas.

Para Touraine (2007), os acontecimentos de maio de 1968 na França, como também as campanhas americanas do *Free Speech Movement*⁶, a partir de 1964, marcaram a entrada da cultura no campo político e, conseqüentemente, a entrada da vida privada na vida pública. Os movimentos levaram a uma revalorização de práticas sociais do cotidiano e passaram a ser identificados pelas suas linguagens, pelos lugares de onde se manifestavam, pelos valores que defendiam, enfim, pela subjetividade que cada um deles portava. Esses novos movimentos de protesto nasceram, com efeito, ainda mais distanciados do sistema político do que o movimento operário porque não atacavam a divisão do trabalho ou as formas de organização econômica, mas, mais profundamente, os valores culturais vigentes. Os protestos na América Latina acompanharam a tendência americana e europeia. No entanto, o alvo da contestação foi o autoritarismo e a repressão dos regimes militares.

Dentre os diversos movimentos sociais que emergem na cena política desse período, focalizo o movimento feminista, atentando para três de suas características. A primeira, já indicada, é a exposição pública, denunciando os abusos cometidos contra os direitos humanos pela ditadura e organizando reações coletivas contra mal-estares como o desemprego e a

⁶ O Free Speech Movement (FSM) foi um protesto estudantil que aconteceu entre o ano de 1964 e 1965 no campus da Universidade da Califórnia, Berkeley sob a liderança informal dos estudantes Mario Sávio, David Goines, Suzanne Goldberg, Bettina Aptheker, Jackie Goldberg, e outros. No protesto, sem precedentes até o momento, os estudantes denunciavam a administração da universidade, que suspendeu as atividades políticas no campus e proibiu a liberdade de expressão dos estudantes. Disponível em: <http://bancroft.berkeley.edu/FSM/chron.html>. Acesso: 3 set. 2007.

pobreza (MONTECINOS, 2003). A segunda, e como efeito da primeira, é a grande legitimidade que o movimento passa a desfrutar no contexto ideológico da época, firmando-se como sujeito político legítimo (SUÁREZ, 1998). A terceira característica é sua internacionalização, expressada por Montecinos (2003) como a troca de informações e experiências que ultrapassavam os espaços nacionais e, por Suárez (1998), como a ressonância nas ciências sociais no Brasil do pensamento feminista francês, inglês e norte-americano. Também Jelin (1996) e Sorj (2002) notam que o movimento feminista latino-americano dos anos 70 foi fortemente influenciado pelos ideais de contestação que surgiram na Europa e nos Estados Unidos nos anos 60.

No Brasil, em 1979, foi sancionada a Lei da Anistia⁷, que permitia que os(as) exilados(as) políticos retornassem ao país. As mulheres, exiladas por causa de sua atuação política, regressaram, trazendo na bagagem toda a experiência adquirida com a participação nos movimentos feministas americanos e europeus, que estavam em processo de franca afirmação. A jornalista e escritora Zuleika Alambert, uma das brasileiras exiladas, foi a primeira mulher a assumir uma cadeira na Assembleia Legislativa de São Paulo. O fato deu-se em 1947, quando ela tinha apenas 24 anos. Integrante do Comitê Central do Partido Comunista – PCB, Zuleika passou por vários países durante o exílio, como Chile, Venezuela, União Soviética, até fixar residência em Paris, onde ficou por dez anos, participando da formação do Comitê Europeu das Mulheres Brasileiras. Ao retornar ao Brasil, em agosto de

⁷ Em 28 de agosto, Figueiredo sancionou a Lei nº 6.683, de iniciativa do governo e aprovada pelo Congresso, anistiando todos os cidadãos punidos por atos de exceção após o dia 9 de abril de 1964, data da edição do AI-1. Disponível em: [\[http://www.unificado.com.br/calendario/11/anistia.htm\]](http://www.unificado.com.br/calendario/11/anistia.htm). Acesso: 12 set. 2007.

1979, a jornalista ressaltou seu compromisso com a busca pelos direitos das mulheres, conforme mostra a notícia publicada no *Jornal do Brasil*:

“... não vai haver democracia no Brasil enquanto as mulheres forem marginalizadas”, Zuleika prometeu lutar pela igualdade dos direitos da mulher até mesmo no PCB, pois seus integrantes “como homens da sociedade brasileira, trazem toda a carga de preconceitos e coisas erradas no tratamento com as mulheres”. Ela mostrou-se disposta a integrar o trabalho que as mulheres desenvolvem para neutralizar o machismo e contribuir para o avanço do processo democrático. “Mas para avançar, os 53% da população brasileira, formado pelas mulheres, têm que estar dentro do processo” (JORNAL DO BRASIL, 3 nov., p. 2, 1979).

Durante o Regime Militar, vários grupos irrompiam na cena pública reivindicando seus direitos, a começar pelo mais fundamental deles: o direito de reivindicar direitos. O movimento feminista brasileiro, unido a outros movimentos sociais, também participou da luta pelo fim da ditadura, que era a grande prioridade no momento, posto que a questão da retomada da democracia interessava a todos os segmentos em luta.

Mesmo concentradas na derrocada da ditadura, as mulheres começaram a se organizar em movimentos próprios e a direcionar sua enunciação para a especificidade de sua condição social. Entre os muitos grupos de mulheres presentes nesse período de intensa movimentação, destaca-se o Movimento Feminino pela Anistia, que atuou na organização das mulheres para a luta contra a ditadura, o fim das torturas nos porões da repressão, a libertação dos presos políticos, a volta dos exilados e a retomada da democracia social no Brasil. Uma das campanhas realizadas por esse Movimento, em conjunto com o Comitê de

Recepção aos Exilados Brasileiros, foi a campanha pela libertação da brasileira Flávia Schilling, presa em 1972 pelo envolvimento em uma organização guerrilheira no Uruguai. Várias notícias publicadas na época fizeram referência à campanha, como destaca o jornal *Correio Braziliense* em 1979:

O Comitê de Recepção aos Exilados Brasileiros e o Movimento Feminino pela Anistia, decidiram encetar uma campanha mundial para obter a liberdade de Flávia Schilling, que se encontra recolhida ao Presídio de Punta Rieles, no Uruguai, condenada a 10 anos de prisão. Em cartas dirigidas a várias personalidades, como Jane Fonda, Joan Baez, Ângela Davies, Simone de Beauvoir, Simone Veil, Maria de Lourdes Pintassilgo, ministra de Portugal e a entidades internacionais que defendem os direitos humanos, pediram apoio à campanha no sentido de enviar cartas ao Presidente do Uruguai solicitando a libertação de Flávia Schilling (CORREIO BRAZILIENSE, 28 out, p. 13).

As mulheres brasileiras começaram a se organizar de outras formas nessa época, criando por exemplo, associações em vários segmentos, como empregadas domésticas, donas-de-casa e secretárias. Os primeiros encontros e congressos começaram a tratar das questões relativas ao planejamento familiar, aborto, discriminação da mulher no mercado de trabalho, participação política, entre outros assuntos. Em março de 1980, aconteceu o I Congresso da Mulher Paulista; em junho de 1980, o I Congresso da Mulher Fluminense; em março de 1981, o I Encontro da Mulher Mineira e o Encontro da Mulher de Brasília.

Os partidos políticos e os sindicatos também atentaram para a necessidade de se debater o papel da mulher dentro de seus quadros. Em setembro de 1979, o

sindicato dos jornalistas de Brasília promoveu o I Encontro da Mulher Jornalista, que debateu a questão da discriminação contra a mulher no mercado de trabalho e na legislação brasileira.

O Partido da Democracia Social – PDS instalou o primeiro núcleo estadual do Movimento da Mulher Democrata Social em agosto de 1981, no Rio Grande do Sul. Em agosto de 1982, foi realizado no país o I Encontro Nacional do Movimento da Mulher Democrata Social, que discutiu a importância da participação da mulher na política brasileira e na luta em favor da democracia e do desenvolvimento social (CORREIO BRAZILIENSE, 7 ago, p.5, 1982).

Os anos 80 trouxeram novas questões para o movimento feminista brasileiro. Muitos fatos marcaram o período, como o fim da ditadura, o retorno da democracia, as conferências da Organização das Nações Unidas⁸, a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e a mobilização dos movimentos de mulheres em torno da Constituição de 1988. O avanço do movimento fez com que várias feministas ingressassem nos partidos políticos para incorporar as demandas das mulheres aos programas e plataformas eleitorais, além assinalarem a urgência de candidaturas femininas. Vários partidos criaram setores femininos dentro das suas estruturas, como mostra esta notícia, publicada em 1982 pelo *Jornal do Brasil*.

⁸ A Organização das Nações Unidas foi uma das grandes impulsionadoras para a organização do movimento feminista brasileiro, pois promoveu discussões sobre temáticas relacionadas a mulher, realizou uma série de eventos que permitiu a troca de experiências das brasileiras com mulheres de vários países. A ONU decretou 1975 como o Ano Internacional da Mulher, traçando uma estratégia global para melhorar a qualidade de vida das mulheres no mundo por meio de um plano de ação mundial, elaborado diante a Conferência realizada, na cidade do México em homenagem ao Ano Internacional da Mulher.

Para atingir principalmente o eleitorado feminino, que representa 51% dos 617 mil 383 eleitores da Capital gaúcha, os movimentos de mulheres dos partidos políticos estão se fortalecendo em todo o Estado, onde o PMDB, o PDT e o PDS pretendem lançar, ao todo, o nome de 500 candidatas às Câmaras de vereadores. Até o momento, o PDS leva uma vantagem sobre os outros dois partidos, com seu movimento feminino organizado em 120 municípios e cerca de 230 nomes de candidatas a vereadora. O PDT, através da ação da mulher trabalhista, já se organizou em 90 municípios, com previsão de lançar 200 nomes de candidatas para vereadoras. O movimento feminino do PMDB está organizado em 50 diretórios e, até agora, dispõe de 30 mulheres para concorrer as Câmaras municipais (JORNAL DO BRASIL, 1 mar, p. 2).

O envolvimento crescente das mulheres brasileiras nos partidos abriu um novo cenário para o movimento feminista. A eleição de partidos políticos de oposição para alguns governos estaduais e municipais forçou as feministas a repensarem sua posição frente ao Estado, na medida em que a possibilidade de avançar em termos de política feminista era uma realidade.

Costa (2005) ressalta que, entre 1980 e 1982, as velhas divisões políticas e partidárias voltaram à cena. A vitória do PMDB para o governo de São Paulo garantiu a criação do primeiro mecanismo de estado no Brasil, voltado para a implementação de políticas para mulheres, o Conselho Estadual da Condição Feminina, criado em abril de 1983. Na ocasião da criação do Conselho, o governador Franco Montoro ressaltou em discurso que:

O Conselho Estadual da Condição Feminina deverá detectar e discutir os problemas da mulher nos diferentes setores, além de propor a política da atuação para a área, definindo prioridades. O

Conselho será composto por representantes das secretarias da Educação, Saúde, Promoção Social, Trabalho e do Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo. E terá a direção de uma mulher que será também assessora especial do governador. Para que o Conselho possa desenvolver suas atividades, contará com uma Secretaria Executiva e com o Gabinete Civil, que deverá fornecer os recursos necessários (O ESTADO DE SÃO PAULO, 3 mar., p. 38).

Por meio da atuação feminista nos partidos políticos, especialmente no Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB nos anos 80, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM. A articulação entre os movimentos e o então futuro presidente do Brasil, Tancredo Neves, preparou a criação do Conselho. Com a morte de Tancredo, assume o vice, José Sarney, que efetiva o novo órgão, vinculado ao Ministério da Justiça, através da Lei nº 7 353, de 29 de agosto de 1985.

Cabe destacar que a existência de um órgão formal, institucionalizando a relação entre as organizações e movimentos de mulheres e as estruturas burocráticas em âmbito federal deu-se com a criação do CNDM. Anteriormente, as mulheres não dispunham de um órgão institucionalizado para atender suas demandas específicas. A criação do Conselho foi o resultado das reivindicações das mulheres brasileiras por seus direitos, por sua participação política e social. A abertura dada pelos governos pós-ditadura, possibilitando a integração de algumas mulheres em diversos espaços como sujeitos políticos, deve ser considerada a principal conquista decorrente desta luta.

No período que antecedeu a Assembleia Nacional Constituinte em 1987, outra grande mobilização foi gerada pelas feministas que, dentro e fora do CNDM, trabalharam

com eficiência para que as reivindicações das mulheres fossem incorporadas à Constituinte. Conduzindo uma campanha nacional com o tema “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher”, o movimento conseguiu mobilizar muitas outras organizações de mulheres, possibilitando com isso a sistematização de suas propostas em um único documento, batizado de *Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte*⁹.

A elaboração dessa Carta proporcionou uma grande articulação dos diversos movimentos de mulheres brasileiras em torno das reivindicações relativas à condição feminina, endossadas pelo movimento feminista, e das específicas, relativas às diversas organizações de mulheres, demonstrando que, histórica e empiricamente, é arriscado fazer uma separação radical entre movimento de mulheres e movimento feminista.

Para a constituinte de 1988, foram eleitas 26 deputadas¹⁰, apoiadas por diversas frentes feministas. Elas

⁹ A “Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte” foi o resultado de uma grande mobilização do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que realizou discussões e debates durante meses, por todo o país, resultando na elaboração da carta, entregue ao Congresso Nacional em 26 de agosto de 1986, pelas mãos de mais de mil mulheres. Disponível em: [\[http://mulheres.org.br/violencia/planobnacional.html\]](http://mulheres.org.br/violencia/planobnacional.html). Acesso em: 25 set., 2007.

¹⁰ Deputadas eleitas para constituinte. PMDB – Maria Lúcia (AC); Raquel Cândido (RO); Cristina Tavares (PE); Maria Abigail Feitosa (BA); Rita Camata (ES); Rose de Freitas (ES); Ana Maria Rattes (RJ); Bete Mendes (SP); Lúcia Vânia (GO); Márcia Kubitschek (DF); Raquel Capiberibe (AP); PFL – Eunice Michiles (AM); Sadie Hauache (AM); Rita Furtado (RO); Lúcia Braga (PB); Sandra Cavalcanti (RJ) e Maria de Lourdes Abadia (DF); PDS – Wilma Maia (RN) e Miriam Portela (PI); PT – Irma Passoni (SP) e Benedita da Silva (RJ); PDT – Moema São Thiago (CE); PSB – Beth Azize (AM); PSC – Dirce Quadros (SP); PTB – Marluce Pinto (RR); PC do B – Lídice da Mata (BA). (JORNAL DO Brasil, 25 jan, p.16, 1987)

conquistaram importantes avanços para as brasileiras na Constituição Federal de 1988. Entre eles, destaca-se: a garantia de igualdade a todos os brasileiros perante a lei, sem qualquer tipo de distinção; a ampliação da licença-maternidade; a concessão de aposentadoria para donas-de-casa; 13º salário e férias anuais de 30 dias para as empregadas domésticas; e a antecipação da aposentadoria das professoras da rede pública de ensino aos 25 anos de serviço.

Durante todo o período de movimentação em torno da Constituinte, o movimento feminista trabalhou diretamente no trato com os parlamentares, de modo a convencê-los da necessidade de serem atendidas suas demandas. Essa atuação ficou identificada na imprensa como o “lobby do batom” e conseguiu aprovar em torno de 80% de suas reivindicações, constituindo-se no setor organizado da sociedade civil que mais vitórias conquistou. A bancada feminina na câmara atuou conjuntamente, formando um “bloco de gênero”. Reunindo as deputadas constituintes, independente de sua filiação partidária e mesmo superando eventuais divergências ideológicas, elas apresentaram a maioria das propostas em bloco, de forma suprapartidária, garantindo a aprovação das demandas do movimento (COSTA, 2005). O *Jornal do Brasil* destacou em notícia da época que:

Com a nova Constituição, as leis arcaicas foram removidas, como a que permitia o homem anular um casamento caso comprovasse que a mulher não era virgem, ou a lei que impedia que a mulher movimentasse a conta bancária dos filhos menores de idade por não ser a cabeça do casal. Além disso, foi extinta a figura de filho ilegítimo, mudando-se a noção de família estável. O marido deixa de ser o chefe da família conjugal, e não compete só a ele a representação legal da família (JORNAL DO BRASIL, 11 set, p.8, 1988).

A nova constituição garantiu sem dúvida muitos direitos que tinham sido negados às mulheres. A garantia desses direitos foi possível devido a um movimento feminista altamente organizado, capaz de agregar uma grande diversidade de mulheres, de instaurar a insurgência social e de ampliar a participação política feminina de maneira nunca vista antes.

A análise dos enunciados de mulheres e sobre mulheres na imprensa escrita mostra a importância do movimento feminista no aumento da participação política das brasileiras. A seguir mostro quem são os enunciadores dos fragmentos de notícias, além de mostrar os temas dos enunciados ao longo do período estudado.

Como pode ser visto na Tabela 2, do total de 695 fragmentos de notícias¹¹, a maior parte foi enunciada pelo próprio jornal, porquanto se trata de matéria não assinada representando 85,0% dos fragmentos. Os 15,0% restante (correspondente a 104 fragmentos de notícias) foram enunciados por pessoas identificadas como jornalistas (7,5%), enquanto que os enunciadores que ocupavam cargos no legislativo apareceram, em apenas 3,2% dos enunciados. Também é reduzida (2,6%) a ocorrência de enunciados de cidadãos (ãs) agrupados na categoria “sociedade civil”. Entretanto, a categoria abrange diferentes segmentos, que vão desde intelectuais até empregadas domésticas, causando estranhamento a escassez de enunciados. Os representantes de organizações (associações, confederações e organizações governamentais) apresentam a menor frequência (1,7%) entre os enunciadores.

¹¹ Foram excluídos do cálculo total quatro fragmentos de notícias que tinham como enunciadores dois membros de cargos do judiciário e dois membros de cargos do executivo, por sua baixa representatividade para análise dos dados.

Vale destacar que, dentre os 104 fragmentos de notícias que identificam o enunciador, as mulheres são as que aparecem com maior frequência (70,0%), sendo que as jornalistas constituem 25,9%. As mulheres que ocupam cargos no legislativo respondem por 17,3%. Quanto às mulheres que representam a sociedade civil e as organizações, há uma incidência de 16,3% e 10,5% respectivamente. Esses dados mostram que os enunciadores identificados são predominantemente mulheres, o que significa que foram principalmente as mulheres que tomaram a palavra nas questões relativas aos interesses dessa pesquisa, ou seja, a ação das mulheres na esfera pública.

Tabela 2: Enunciadores no Tempo

Enunciadores	Tempos			
	1979-1983		1984-1988	
	No.	%	No.	%
Jornal	289	80,7	302	89,6
Jornalista	31	8,6	21	6,2
Cargos do Legislativo	15	4,3	7	2,3
Sociedade Civil	14	3,9	4	1,1
Representantes de Organização	9	2,5	3	0,8
Total	358	100,0	337	100,0

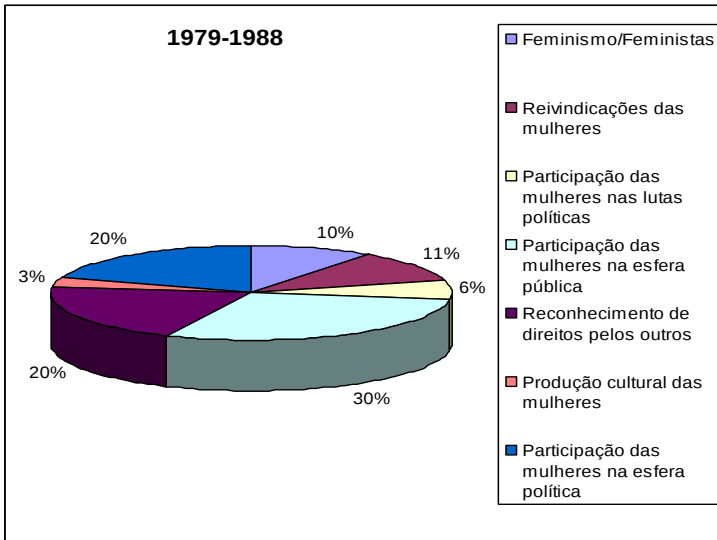
Fonte: Matriz de Fragmentos de Notícias.

Como mostrado na Tabela 2, as proporções dos diferentes enunciadores mantêm-se constante nos dois tempos em que foi dividido o período: 1979-1983 e de 1984-1988. O jornal responde por 80,7% de todos os enunciadores do primeiro tempo e por 89,6% do segundo. Os jornalistas representam 8,6% no primeiro tempo e no segundo têm uma leve queda (6,2%), assim como também os outros enunciadores. Os enunciadores que ocupavam

cargos legislativos caíram de 4,3% para 2,3%. Os que falam desde a sociedade civil e desde as organizações experimentaram uma queda, de 3,9% para 1,1% e de 2,5% para 0,8% respectivamente.

Apesar de a frequência do jornal como enunciador manter-se muito parecida nos dois tempos, cabe destacar que tende a aumentar no segundo momento, enquanto de maneira inversa todos os outros enunciadores tendem a decrescer do primeiro momento para o segundo. Isto pode ser explicado facilmente, posto que os enunciadores identificados podem ter tido maior acesso à imprensa no primeiro momento, quando o país se mobilizava para derrubar a ditadura. Já no segundo momento, quando acontece a retomada da democracia, as matérias não assinadas aumentam.

Como mostrado no Gráfico 1, o tema mais recorrente na totalidade dos enunciados é o da *participação das mulheres na esfera pública* (30%). Seguem os demais temas, em ordem decrescente de ocorrência: *reconhecimento de direitos pelos outros* (20%); *participação das mulheres na esfera política* (20%); *reivindicações das mulheres* (11%); *feminismo/feministas* (10%); *participação das mulheres nas lutas políticas* (6%) e *produção cultural das mulheres* (3%).

Gráfico 1: Temas de Enunciados no Período de 1979 a 1988

Fonte: Matriz de Fragmentos de Notícias

A Tabela 3 mostra, em ordem decrescente, a incidência dos temas nos dois momentos em que o período foi dividido. A primeira observação a ser feita é que as proporções de cada um dos temas tendem a decrescer do primeiro momento do período para o segundo, com exceção dos temas *participação das mulheres na esfera pública e participação das mulheres na esfera política*, que contrariamente aumentam. O tema *participação das mulheres na esfera pública*, que alcança a maior frequência nos dois tempos, também aumenta de 27% para 32%, evidenciando a crescente atuação das mulheres na esfera pública ao longo do período. O aumento dessa participação do primeiro para o segundo momento dá-se possivelmente pela consolidação do movimento feminista.

Tabela 3: Temas no Tempo

Temas	Tempos			
	1979-1983		1984-1988	
	No	%	No.	%
Participação das mulheres na esfera pública	99	27,0	110	32,0
Reconhecimento de direitos pelos outros	72	20,0	67	19,7
Participação das mulheres na esfera política	49	13,6	88	25,9
Reivindicações das mulheres	49	13,6	28	8,2
Feminismo/Feministas	44	12,2	25	7,3
Participação das mulheres nas lutas políticas	29	8,0	15	4,4
Produção cultural das mulheres	18	5,6	6	2,5
Total	360	100,0	339	100,0

Fonte: Matriz de Fragmentos de Notícias.

Algo similar ocorre com o tema *participação das mulheres na esfera política*. Embora com menor incidência, apresenta um forte crescimento no tempo (de 13,6% para 25,9%). Esse crescimento possivelmente também retrata a consolidação do movimento feminista no segundo momento e certamente responde à retomada do dinamismo da política partidária com a volta à democracia. A baixa incidência de 13,6% desse tema no primeiro tempo revela as restrições sofridas pela política partidária durante o regime militar.

O tema *reconhecimento de direitos pelos outros* apresenta uma alta incidência e se mantém estável nos dois tempos (20% e 19,7%). Sua presença nos enunciados do primeiro tempo se relaciona às reivindicações relativas aos direitos civis e políticos, que nesse momento estavam

extremamente ameaçados. A alta incidência desse tema também no segundo tempo expressa a preocupação existente com outros tipos de direitos, tais como os reprodutivos e sexuais, à integridade física e mental, direitos econômicos que garantem o acesso à titularidade da terra, entre outros. O fato de esses direitos serem temas tratados por representantes dos governos municipal, estadual e federal, como também da Organização das Nações Unidas e outros organismos internacionais mostra a capacidade adquirida pelo movimento feminista ao longo do período, de influenciar as arenas de tomada de decisão.

O tema *reivindicações das mulheres* apresenta baixa incidência nos dois tempos (13,6 % e 8,2 %), experimentando uma queda considerável no segundo. Tais tendências podem ser frutos da mudança de rumo na mobilização das mulheres para a reivindicação de seus direitos e das políticas que responderam às necessidades específicas da condição feminina. Como mostrado antes, a frequência dos temas relativos à participação das mulheres na esfera pública e na política aumentou consideravelmente no segundo tempo, o que foi interpretado como indicador da consolidação do movimento feminista. Se assim for, a queda do tema *reivindicações das mulheres* significa que elas deixaram de se preocupar com os direitos civis e políticos e com as reivindicações de grupos particulares (como as das prostitutas que reivindicavam segurança no seu trabalho e as das donas-de-casa que exigiam a baixa do preço dos alimentos). Elas passaram a direcionar suas preocupações para a denúncia da desigualdade de gênero e para as reivindicações mais universais, específicas das mulheres enquanto mulheres e não enquanto mulheres trabalhadoras, donas-de-casa, prostitutas, etc. Há que lembrar que, como se disse antes, no segundo tempo, a sociedade assiste à forte ação das feministas no processo da Constituinte e na criação do CNDM.

O tema *participação das mulheres nas lutas políticas* também mostra baixa frequência nos dois tempos (8,0 % e 4,4 %), além de uma significativa queda no segundo, que pode ser interpretada como consequência da redução da mobilização social, após o retorno ao regime democrático, como mostrado antes. Não deixa de ser curiosa a baixa frequência desse tema no primeiro tempo, já que a participação das mulheres na luta pela anistia, pelo fim da ditadura, contra as torturas e pela democracia fora reconhecidamente forte. Desse modo, a censura imposta aos meios de comunicação no regime militar parece ser a causa mais provável da baixa frequência deste tema no primeiro período.

Assim como no tema *reivindicações das mulheres*, a baixa incidência do tema *participação das mulheres nas lutas políticas* no segundo tempo, também suporta o argumento desta pesquisa, de que o feminismo desenvolve-se ao longo do período e consegue agregar as mulheres, de modo que o que ganha importância no tempo é a especificidade da condição social das mulheres, expressa nas temáticas *participação das mulheres na esfera pública e participação das mulheres na esfera política*.

O tema *feminismo/feministas* também apresenta baixa frequência em relação aos demais temas e experimenta queda do primeiro para o segundo período (de 12,2 % para 7,3 %). Levando-se em conta que o feminismo e a voz das feministas se reafirmam no segundo tempo, como demonstrado pelo aumento dos temas *participação das mulheres na esfera pública e participação das mulheres na esfera política*, pode-se concluir que, tanto a baixa frequência como a queda do tema *feminismo/feministas* muito surpreendem. Estes dados comprometem mais uma vez a imagem de imparcialidade na imprensa, mostrando claramente a posição dos jornais a respeito do feminismo e sua fraca disposição em destinar espaço às enunciações referentes ao movimento feminista e à ação inovadora das feministas.

Suárez (1998) nota que o termo *feminismo* incomodou desde sempre porque a enunciação das feministas desvelava as desigualdades de gênero, demonstrava o mal-estar sentido pelas mulheres e fazia uma severa crítica cultural. Sem prejudicar as afirmações da autora, mas a partir delas, entendo que a base do incômodo encontra-se na percepção de que o feminismo não é apenas uma crítica cultural, mas principalmente, uma produção cultural das mulheres. A crítica cultural estava presente em todos os movimentos de mulheres e certamente os jornais deram-lhes espaço, como pode se deduzir pela alta incidência dos temas *participação das mulheres na esfera pública e participação das mulheres na esfera política*. No entanto, somente o feminismo tinha uma produção cultural, no sentido de conceber outra visão de mundo. Que as mulheres fossem críticas da sociedade era até concebível, mas a aceitação de que as mulheres fossem produtoras de cultura era muito mais restrita. Além disso, há que se considerar que o mundo concebido pelas feministas está fundamentado na equidade entre mulheres e homens, o que implicava e implica perigosamente para os poderes estabelecidos, um desdobramento da equidade entre etnias, raças e outros segmentos sociais.

A hipótese proposta, de que as mulheres não são legitimadas na produção cultural, é confirmada pela baixíssima incidência (5,6% e 2,5%) do tema *produção cultural das mulheres*, nos dois tempos do período. Essa baixa frequência sugere a invisibilidade da produção cultural das mulheres na sociedade brasileira, que se manifesta na subcultura jornalística. Reafirmando, como descrito no tema *feminismo e feministas*, que conceder espaço para a produção cultural feminina implica não apenas criticar os poderes estabelecidos, como também reconhecer a capacidade

cultural que lhes fora negada pelos maiores expoentes do pensamento ocidental, como Freud.¹²

Os temas analisados permitem lançar um olhar sobre o mal-estar sentido e expresso pelas mulheres, tanto na ditadura, como na retomada da democracia. No primeiro tempo do período examinado, as fontes do mal-estar abrangem tanto o desagrado perante a gestão dos governos militares, como a condição social feminina, sem que, entretanto, este último desagrado fosse claramente explícito, como o fora no segundo tempo. As enunciações do primeiro tempo mostram que as reivindicações das mulheres desqualificam o governo militar por muitas causas, inclusive a ausência de políticas públicas para satisfazer suas necessidades específicas, de modo que aparecem nos jornais como enunciações que integram a crítica social geral. Já no segundo tempo, o mal-estar observado refere-se apenas às condições sociais das mulheres brasileiras, expressa pela afirmação do feminismo e suas demandas por mudar o mundo.

¹² Como afirma Suárez (1992), provavelmente foi Freud quem mais claramente mostrou o significado dado pelos ocidentais às diferenças entre os sexos e à atribuição de capacidade cultural exclusivamente aos homens. As mulheres representam, diz ele (1986: 31-32), "... os interesses da família, da vida sexual, enquanto a obra cultural torna-se cada vez mais uma tarefa masculina, impondo aos homens dificuldades crescentes e obrigando-os a sublimar seus instintos; sublimação para a qual as mulheres estão escassamente dotadas."

CAPÍTULO 3

Natureza dos Movimentos de Mulheres no Brasil

Examinando neste capítulo as formas de organização do movimento de mulheres no período estudado, com o objetivo de fazer uma reflexão sobre sua natureza. Para esse fim, o capítulo trata, em primeiro lugar, dos modelos de movimentos sociais propostos nas ciências sociais para, em seguida, analisar os dados dos enunciados em conformidade com eles.

Presentes nas mais diversas sociedades e tempos, os movimentos sociais criam espaços onde atores coletivos, portadores de diversidades múltiplas, reúnem-se para contestar, discutir, e tornar visível algum tipo de problema compartilhado. Esses espaços sociais oferecem aos sujeitos individuais locais de solidariedade e visibilidade, possibilitando a difusão de reivindicações passíveis de serem incorporadas pela coletividade específica à qual sentem pertencer. Tais reivindicações não surgem aleatoriamente, mas nascem de necessidades específicas, que não são sentidas no todo social, nem satisfeitas pelo Estado. Por isso mesmo, esses atores se organizam e, de maneira criativa, buscam ser reconhecidos na sua especificidade e atuar autonomamente na procura de soluções para seus problemas. Os mais destacados na atualidade dizem respeito à destruição do meio ambiente e a discriminações diversas, como as étnico-raciais, as de gênero e de opção sexual, além de muitas outras que afetam coletivos.

Segundo Touraine (2006), falar dos movimentos sociais implica olharmos do ponto de vista dos atores, que têm consciência das características em comum que os unem, dos conflitos e interesses que os definem e quem são

seus aliados e adversários. Nesse sentido, é interessante ressaltar que a ideia de movimento social está ligada a uma ação coletiva, que permite a cada ator envolvido a possibilidade de ser visto, ouvido e também poder compartilhar com outras pessoas os mesmos problemas, evidenciados por uma reação ou uma negação dos valores que estão por trás de um modo de dominação generalizada, vividos por eles.

A produção acadêmica sobre movimentos sociais é vasta, como também são variadas as abordagens e categorias utilizadas para o seu estudo. Assim, a existência de diferentes conceituações do que seja um movimento social requer que, de partida, seja realizada a escolha de uma conceituação mais adequada para descrever os movimentos de mulheres, tal como revelado nos enunciados de notícias.

Existem duas conceituações, denominadas respectivamente *modelo clássico* e modelo dos *novos movimentos sociais*, que sintetizam as discussões sobre o modo de abordar os movimentos sociais. Esta última é, no meu entendimento, a mais adequada para abordar o movimento feminista brasileiro dos anos 70 e 80 do século passado. Para embasar essa opção conceitual, identifico algumas limitações do modelo clássico, a primeira conceituação teórica que norteou os estudos dos movimentos sociais, seja para analisar os movimentos de mulheres, seja para quaisquer outros.

O modelo clássico identifica os movimentos sociais como atuações revolucionárias ou mobilizações de massa que visam apossar-se do poder de um Estado antagônico. De acordo com Alexander (1998), o objetivo dos movimentos revolucionários é substituir uma forma opressora de poder estatal por outra voltada para um fim distinto. O modelo clássico de interpretação dos movimentos sociais teve uma forte influência no estudo dos movimentos sociais até os anos 60, sendo fortemente

impregnado de materialismo ontológico e realismo epistemológico, enfatizando os conflitos de base econômica, oriundos das condições materiais de produção da existência e da desigualdade social. Nessa linha de pensamento, entende-se que o movimento social seria concebido, pelos intelectuais responsáveis pela sua organização e pelo seu conteúdo ideológico de maneira instrumental, isto é, como o meio mais eficiente para se alcançar a distribuição radical de bens e, conseqüentemente, de poder.

Assim, o modelo clássico associou aos movimentos sociais a ideia de *revolução*, o que levou a centrar a atenção no poder, na violência e no controle, numa visão extremamente economicista. No entanto, Touraine (1985) chamou atenção para uma "confusão" intelectual que restringiu o foco dos atores revolucionários ao campo do controle dos recursos, supondo que sua adequada distribuição abriria caminho para o estabelecimento de sociedades igualitárias.

Segundo Alexander (1998), Karl Marx pode ser considerado um dos grandes ideólogos do movimento revolucionário no século XIX, posto que muito contribuiu para firmar o prestígio do modelo clássico, ao elaborar uma narrativa que deu ênfase aos interesses econômicos e materiais, colocando em segundo plano a reflexão moral e a solidariedade como questões a serem consideradas em um momento histórico posterior.

Uma nova conceituação para análise dos movimentos sociais surge na segunda metade do século XX, frequentemente associada às mudanças ocorridas nas sociedades pós-modernas. Nesse período, numerosos movimentos sociais se fazem presentes. Merecem destaque, além do movimento feminista, o movimento negro e o movimento ambientalista. Assim mesmo, diversos autores (Castells, 1999, Vargas, 2004 Touraine, 2006) defendem que o século XX foi marcado pelo movimento feminista devido

à sua grande capacidade subversiva e de mobilização. Diante de uma cultura política profundamente autoritária e excludente, permitiu às mulheres uma insurreição maciça e global contra seus opressores.

A preocupação desses movimentos não está direcionada para o controle do poder pela via revolucionária, mas sim para uma mudança cultural, provocada pela criação constante e de longa duração, de espaços de crítica e de espaços de conquista e reconquista. Isto quer dizer que os conflitos sociais não são enunciados de cunho prioritariamente econômico, embora tais conflitos de classe não tenham desaparecido. Também não desapareceu a distinção capital-trabalho nem a relação trabalhador-patronato. As reivindicações sociais, agora não mais destacadamente econômicas, mas culturais, caracterizam os movimentos feministas, de homossexuais, de negros, etc. (Touraine, 1984).

Conforme Gohn (1997), Touraine, Melucci, Offe e outros teóricos europeus partem, então, para a criação de outro referencial teórico: *o modelo dos novos movimentos sociais*. Esse modelo é baseado na criação de esquemas interpretativos que enfatizam o campo cultural, surgindo a partir daí uma nova abordagem dos movimentos sociais, mais preocupada com a forma como se criam as novas identidades, sua organização e cenários de conflito, do que com a distribuição das riquezas. O que esses autores enfatizam, cada um de uma maneira diferente, é a importância de serem observados os processos identitários e a especificidade do indivíduo ou do grupo para a compreensão dos movimentos sociais.

Os estudos de Touraine (1985) avançaram muito, no sentido de não mais definir movimento social como exclusivamente resultante do conflito de classes, mas como resultante de conflitos organizados (ou entre atores extremamente organizados) em torno do uso social de valores culturais contestados, como por exemplo, o direito

das mulheres de dispor do próprio corpo. Sob esse ponto de vista, o movimento social seria a resposta a uma ameaça ou a uma esperança sentida por um grupo social, que passaria a reivindicar o direito de ter controle sobre o processo social, por meio da participação na tomada de decisões. Assim sendo, mesmo em situações difíceis de isolamento social, esses grupos sociais, subalternos no meu entendimento, sempre podem desenvolver alguma forma de representar sua situação e alguma capacidade de ação para conquistar um espaço de luta sem a intervenção de forças ou agentes externos a eles.

Para entender a complexidade dos movimentos sociais, Touraine dialogou com os clássicos da sociologia, particularmente em uma tentativa de articular o pensamento de Marx e Weber a partir da ideia de que são complementares. A complementaridade é observada na medida em que um transmite à sociologia de hoje a ideia de que a vida social está baseada em uma relação central de dominação e o outro, transmite a ideia de que o ator se orienta por valores. A articulação dessas duas ideias permitiu a Touraine definir os movimentos sociais como: atores que fazem parte de relações de dominação e que se agregam porque têm as mesmas orientações culturais e lutam precisamente pela gestão social dessa cultura e das atividades que ela produz.

Para Claus Offe (1985), se analisados pelo novo modelo, os movimentos sociais defendem valores como a autonomia e a identidade em oposição a uma manipulação, controle, dependência, burocratização, etc., do antigo modelo. O autor acrescenta que é necessário prestar atenção ao modo de ação que envolve, de um lado, o modo como indivíduos agem para constituir uma coletividade e, de outro, o método pelo qual eles confrontam isso com o mundo externo e seus oponentes.

De acordo com Cohen (1985), as identidades surgem de um substrato cultural que as unem e não estão

delimitadas pelas classes sociais. Os atores sociais não estão organizados em sindicatos ou partidos, mas em comunidades de base política, diretamente em associações democráticas, que são livremente organizadas em nível local, nacional e até internacional.

No 18º *Brumário de Luís Bonaparte*, publicado em 1852, Karl Marx criticou severamente os camponeses franceses por não se somarem à luta revolucionária dos operários, comparando-os a batatas em um saco de batatas, preocupados apenas em ter um pequeno pedaço de terra para sua sobrevivência, e incapazes de se organizarem politicamente para adquirir poder (MARX, 1974). Com a concepção de que movimento social corresponde a movimento revolucionário à procura do poder, o autor deixou fora de sua análise outras motivações que pudessem ter os camponeses franceses. Quando examinados da perspectiva dos chamados *novos movimentos sociais*, fica claro que esses camponeses lutavam menos pelo poder do que por conservar seu modo de vida, interesses e cultura, distintos dos das classes operárias.

Se assim for, as duas conceituações de movimento social são válidas, no sentido de que, dependendo do olhar do pesquisador, tanto os esforços por uma nova distribuição de bens e de poder como por defender espaços culturais e identidade podem ser encontrados nos movimentos sociais. Ou seja, movimentos sociais antigos, atuais e futuros podem tanto almejar a redistribuição de bens e o controle do poder como realizar uma crítica cultural que conduza a uma mudança na ordem social estabelecida.

O sociólogo italiano Alberto Melucci (*apud* ROCHA, 2005) aponta para essa possibilidade quando destaca que a ideia de *movimento social* deve ser entendida como uma construção analítica de objetos empíricos ou fenômenos observáveis. Se a minha leitura é correta, não haveria movimentos clássicos e novos, mas formas

diferentes de observá-los. O autor acrescenta que os movimentos sociais acabam por invocar novas formas de ação coletivas, que manifestam um conflito e vinculam uma ruptura (ou quebra) nos limites de compatibilidade do sistema onde a ação tem lugar. Ao criar identidades para os grupos, antes dispersos e desorganizados, ajudam a construir representações simbólicas, por meio de enunciações e práticas que, por sua vez, ajudam o movimento a se fortalecer para conseguir as mudanças na sociedade onde se dá sua luta.

As conceituações existentes dos movimentos sociais, se pensadas nos termos paradigmáticos de Tomas Kuhn (2006), poderiam ser entendidas como recortes distintos da realidade que, na atualidade, concorrem enquanto soluções modelares para as comunidades praticantes da pesquisa em ciências humanas. Assim, quando a conceituação aqui chamada de modelo clássico não mais explica o movimento social, é criada uma anomalia no conhecimento. Conforme Kuhn, a anomalia ocorre no momento em que os fatos destacados pela sociedade não conseguem mais se encaixar no paradigma existente, como é o caso dos movimentos de mulheres sob o prisma do modelo clássico: não mais se obtinham os resultados esperados pela ciência. A crise, então provocada obrigou a uma modificação ou mesmo criação de uma nova proposta conceitual. Diferentemente do que ocorre nas ciências exatas, entretanto, a nova conceituação não é propriamente paradigmática, no sentido de excluir a conceituação precedente. Como nota Cardoso de Oliveira (1984), os paradigmas sobrevivem nas ciências humanas, apresentando uma espécie de simultaneidade, onde todos valem à sua maneira, à condição de não se desconhecem uns aos outros, vivenciando-se uma espécie de intersecção conceitual. Assim, a abordagem clássica e a dos novos movimentos sociais devem dialogar, mesmo que o modelo clássico não seja mais capaz de explicar aquilo que a

sociedade, de aqui e de agora, destacou como uma questão que requer ser entendida.

Dentre os formuladores do conceito dos *novos movimentos sociais*, fiz maior uso da obra do sociólogo francês Alain Touraine (1984) para definir as categorias que utilizo para classificar os movimentos de mulheres. Touraine inovou ao trazer para o centro das análises sobre os movimentos sociais no período pós-industrial o elemento cultural, propondo um questionamento da nossa representação da vida social, no sentido de substituir a concepção centralizada sobre as noções de evolução, de instituição e de participação, pela valorização das ideias de autoprodução, de mobilização social e de sujeito. Esta alteração da representação da vida social corresponde, hoje, à passagem da sociedade industrial, organizada como uma empresa ou como um exército empenhado fundamentalmente no domínio da natureza, para um novo tipo de organização social, capaz de agir mais diretamente sobre os comportamentos e as relações sociais, nomeadamente por meio da produção de informações, de linguagens e de imagens.

Os estudos de Touraine (1984) estão fundamentados na Sociologia da Ação. No momento de suas reflexões, ele considerou a Sociologia Clássica um tanto quanto limitada para interpretar as transformações sofridas pela sociedade moderna e industrial. A inadequação mostra-se, principalmente, quando da necessidade de se analisar separadamente o indivíduo e o sistema social. O autor critica a ideia central da sociologia clássica, de que o processo de socialização conduz a continuidade dos valores institucionalizados porque o sistema social é um conjunto de regras e de condicionamentos que o ator deve aprender a observar. Sem negar a articulação existente entre o indivíduo e a sociedade, Touraine recusa-se a abordá-los como uma

totalidade, acentuando o poder da ação individual para a promoção da mudança social.

Para Touraine (1984, p. 96), a ideia de sociedade como um sistema, proposta pela sociologia clássica, precisaria ser ampliada, de modo a permitir não apenas concebê-la como aparelho de reprodução e de integração, como também um espaço de conflito e de mudanças. Por isso, o autor propõe unir à análise sociológica as ideias de sociedade como um sistema social e como um sistema de ação. E a ação não é só decisão: é o desígnio de orientações culturais dentro das relações conflituosas.

Com base na conceituação dos movimentos sociais examinada antes, analiso a seguir as formas de organização do movimento de mulheres no período estudado, no intuito de responder à pergunta: em que medida os movimentos sociais de mulheres ocorridos no período examinado ajustam-se ao modelo de *novos movimentos sociais*?

A procura desta resposta levou-me a examinar os dados à luz das duas concepções de movimento social apresentadas antes. Utilizei três categorias de análise: os objetivos, os modos de ação e os sujeitos da ação.

O *objetivo* dos movimentos sociais na abordagem clássica é apossar-se do poder de um Estado antagônico. Na abordagem nova, os movimentos sociais visam criar espaços organizados para acolher demandas de grupos específicos, realizar a crítica da cultura e da sociedade e gerar mudanças nela.

Em relação aos *modos de ação*, o modelo clássico pressupõe a existência de organizações altamente formalizadas, burocratizadas e hierarquizadas, enquanto o novo modelo destaca a informalidade, a espontaneidade e o baixo grau de diferenciação vertical e horizontal.

Os *sujeitos da ação* também diferem. Enquanto nos movimentos clássicos os sujeitos da ação estão organizados em sindicatos, associações representativas de larga escala e partidos políticos, nos novos movimentos sociais, eles

estão organizados em redes informais locais, nacionais e até internacionais.

Ao analisar os fragmentos de notícias de mulheres e sobre mulheres à luz das duas concepções relativas aos movimentos sociais, cheguei à conclusão de que a rígida separação entre movimentos clássicos e novos movimentos sociais é de utilidade analítica, mas não se verifica totalmente no movimento social de mulheres aqui examinado, já que os fragmentos de notícias sugerem que as mulheres envolvidas nos movimentos não somente tinham objetivos de participação e de poder, mas também se organizavam formal e informalmente nos dois tempos do período. Isso me permitiu considerar que nos movimentos de mulheres coexistem os dois modelos de organização. Para esclarecer essa afirmação, os dados analisados neste capítulo se referem aos objetivos, modos de ação e sujeitos da ação, para avaliar em que medida a mobilização das mulheres se ajustavam, quanto a seus objetivos e organização, aos modelos propostos pelos cientistas sociais.

Quanto aos objetivos, conforme a Tabela 4, do total de 699 enunciados, a maior parte (59,8%) se enquadra em *participação*, o que se aproxima do modelo dos *novos movimentos sociais*, pois os enunciados mostram que o objetivo da ação era participar no espaço público e não se apossar do poder. As enunciações que mostram a reclamação de *direitos* (17,5%) ou de *protesto* pela negação desses direitos (16,3%) por parte de categorias particulares de mulheres, como as presidiárias que reclamavam o direito de visita íntima, também se ajustam ao modelo dos novos movimentos sociais, pois revelam uma atuação em favor de seu cotidiano e uma crítica à cultura.

Tabela 4: Objetivos da Mobilização das Mulheres no Período (1979-1988)

Objetivo	Número	Percentual
Participação	418	59,8
Reivindicação de direitos	122	17,5
Protesto	114	16,3
Poder	28	4,0
Sem informação	17	2,4
Total	699	100,0

Fonte: Matriz de Fragmentos de Notícias

O objetivo de *poder* tem uma baixa frequência (4,0%) em relação aos objetivos de participação, direito, protesto, o que sugere que as organizações dos movimentos sociais de mulheres enfatizavam, nesse período, muito menos a tomada do poder do que a participação no espaço social, que responde por 59,8 % do total de objetivos.

A Tabela 4 revela uma elevada incidência dos objetivos de participação, reivindicação de direitos e protesto, previstos pelo modelo dos novos movimentos sociais e que, conforme seus formuladores, se contrapõem ao objetivo de poder que caracteriza os movimentos sociais clássicos. Mesmo que a frequência do *poder* como objetivo dos movimentos seja baixa, não deixa de alertar para a possibilidade de que os movimentos de mulheres também possam apresentar características do modelo clássico. Em algumas enunciações, por exemplo, é claro o propósito de poder por parte das mulheres que fazem parte dos partidos políticos e que disputam cargos eletivos. Em alguns casos - como evidenciados pela atuação da política Marta Suplicy - a atuação no espaço público objetivava tanto fazer uma crítica cultural como exercer o poder.

O modelo que caracteriza os novos movimentos sociais em contraposição aos clássicos inclui o *modo de ação*,

distinguindo a organização formal da informal. Os enunciados do período total mostram que as *organizações formais* eram um pouco mais freqüentes (49,1 %) do que as *organizações informais* (44,3 %), tendência esta que se conserva nos dois tempos do período, fato que sugere que a natureza da mobilização das mulheres era bem diferenciada.

Tabela 5: Modo de Ação nos Tempos

Modo de ação	Tempos			
	1979-1983		1984-1988	
	No.	%	No.	%
Organizações formais	158	43,8	184	48,9
Organizações informais	161	44,7	150	44,5
Sem informação	41	11,3	5	6,6
Total	360	100,0	339	100,0

Fonte: Matriz de Fragmentos de Notícias.

A Tabela 5 mostra que as *organizações formais* aumentam do primeiro para o segundo tempo do período (de 43,8% para 48,9%), enquanto que a incidência das organizações informais mantém-se praticamente igual (44,7% e 44,5%). Considerada uma característica dos movimentos clássicos, a alta frequência das *organizações formais* nos dois períodos enfraquece a hipótese de que os movimentos de mulheres se organizam em conformidade com o modelo dos novos movimentos sociais. O que o dado sugere é que os dois tipos de movimentos sociais estavam presentes, de modo muito significativo, nos dois tempos do período.

O aumento das *organizações formais* do primeiro para o segundo tempo indica que, na medida em que as mulheres passam a atuar nas instâncias sindicalistas, partidárias e nas organizações não-governamentais, a formalização, a burocratização e a hierarquização tendem a marcar mais fortemente a mobilização das mulheres.

A manutenção da incidência de *organizações informais* nos dois tempos do período sugere que uma parcela considerável do movimento de mulheres sempre adotou o modo de ação característico dos novos movimentos sociais. Possivelmente, essa parcela estava representada pelo movimento feminista e pelos movimentos de mulheres que aderiram aos seus princípios.

No concernente aos *sujeitos da ação*, as *instituições formais, sindicatos, associações e partidos políticos* respondem por quase metade (49,1%) dos 699 fragmentos de notícias. Porém, não é desprezível a parcela ocupada pelas *redes locais, nacionais e internacionais* (44,3%), o que apoia a afirmação de que a natureza da mobilização das mulheres foi bem diferenciada no período.

Tabela 6: Sujeitos da Ação

Sujeitos da Ação	Tempos			
	1979-1983		1984-1988	
	No.	%	No.	%
Instituições formais, sindicatos, associações e partidos políticos	159	44,3	184	54,4
Redes locais, nacionais e internacionais	160	44,4	150	44,2
Sem informação	41	11,3	5	1,4
Total	360	100,0	339	100,0

Fonte: Matriz de Fragmentos de Notícias.

Os dados da Tabela 6, referentes aos sujeitos da ação, corroboram os dados da Tabela 5, posto que a distribuição de frequências é praticamente o mesmo. Esses dados suportam, portanto, as interpretações dadas à Tabela 5. Nota-se, em primeiro lugar, a alta frequência que apresentam os dois sujeitos da ação nos dois tempos, dando suporte à afirmação de que os movimentos de mulheres no período observado organizavam-se tanto nos

moldes dos movimentos clássicos como nos dos novos movimentos sociais.

A frequência dos sujeitos da ação associados aos movimentos clássicos (instituições formais, sindicatos, associações e partidos políticos) aumentam consideravelmente do primeiro tempo para o segundo (de 44,3% para 54,4%), corroborando a tendência de crescimento dos movimentos clássicos ao longo do período. Já a frequência dos sujeitos da ação, associada aos novos movimentos sociais (redes locais, nacionais e internacionais) mantém-se alta e constante nos dois tempos, apoiando a afirmação de que uma parcela considerável dos movimentos de mulheres orientava sua ação nos moldes dos novos movimentos sociais. Preexistente ao ano de 1979 ou surgida no primeiro tempo do período, essa parcela possivelmente representava as mulheres para quem a organização dos novos movimentos era mais apropriada, na medida em que buscavam espaço adequado para discutir as necessidades específicas da condição feminina, firmar solidariedade entre mulheres, realizar reflexões morais, encontrar soluções para seus problemas e promover sua visibilidade social.

Diferentemente da mobilização de mulheres de perfil clássico, intensamente perseguidas pelo regime militar, a mobilização das mulheres que optavam por se organizar nos moldes dos novos movimentos tinha uma grande capacidade de subversão perante o regime profundamente autoritário e excludente do primeiro tempo do período. Capacidade que certamente emanava de seu desinteresse pela tomada do poder e pela mudança dos padrões vigentes de distribuição da riqueza.

Tenho observado que uma análise de conteúdo das enunciações me permitiria verificar o que neste momento é apenas uma hipótese: As mulheres que atuavam em rede no primeiro e no segundo tempo eram as mulheres que integravam o movimento feminista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa partiu do suposto que a crise política desencadeada pelo regime militar abriu espaço para que o mal-estar sentido pelas mulheres fosse expresso publicamente por meio da formação de numerosos movimentos sociais, dentre os quais se destaca o feminismo. A partir desse suposto, a pesquisa procurou responder a duas indagações. A primeira delas questiona se a atuação pública das mulheres mudou e como mudou ao longo do período estudado e a segunda tentou investigar em que medida as organizações nas quais as mulheres atuavam se ajustam aos moldes dos novos movimentos sociais.

No referente à primeira indagação, a análise dos enunciados mostrou que a participação das mulheres tanto nos espaços políticos, como no resto dos espaços públicos, cresceu consideravelmente ao longo do período estudado. Isso se evidencia nos jornais, que deram cobertura aos movimentos de mulheres. Também reflete a ampla consolidação do movimento feminista que começou a se configurar no bojo da crítica ao militarismo e se firmou no final do período. Ainda assim, a análise mostra que os enunciados raramente se referem ao *feminismo* ou às *feministas*, o que me levou a concluir que esses dois termos parecem ser preteridos em favor de nomes pessoais, de associações ou de grupos. Por este ângulo, os movimentos de mulheres, inclusive o feminismo, não foram silenciados pelos jornais. O que ocorreu é que o destaque foi dado à crítica social, em detrimento das inovações que o feminismo, enquanto produtor de cultura, levava ao espaço público. Essa invisibilização da produção cultural das mulheres, que não chega nem mesmo a ser desvalorização, pode ser vista como expressão de uma sociedade a tal ponto androcêntrica, que passa a ser incapaz de perceber as mulheres enquanto promotoras de ideias e propostas.

Quanto à natureza dos movimentos, a análise dos modos de organização e dos sujeitos da ação aponta para a existência altamente significativa da inserção das mulheres tanto nos movimentos de tipo clássico quanto nos novos movimentos sociais.

O aumento dos movimentos clássicos do primeiro para o segundo tempo mostra que a mobilização das mulheres no primeiro tempo propiciou seu ingresso nas organizações formais, tais como sindicatos e partidos políticos. Sugere ainda que parte importante desse incremento deve-se ao ingresso das feministas nos partidos políticos para mostrar a urgência de candidaturas femininas e para incorporar as demandas específicas das mulheres enquanto mulheres aos programas e plataformas eleitorais.

A alta e idêntica frequência dos novos movimentos sociais ao longo do período mostra que os movimentos clássicos e novos coexistiam desde seu início e sugere a forte presença do movimento feminista nos dois tempos.

O uso das notícias de jornal como base de dados aqui utilizados, possibilitou sem dúvida, a visualização do crescimento da participação pública e política das mulheres, como também sua invisibilidade enquanto produtoras culturais, mas não me autorizou fazer afirmações seguras sobre os movimentos de mulheres. Isto porque, embora a notícia seja uma forma de conhecimento dos acontecimentos, na medida em que deles não se pode descolar-se totalmente, ela também é um fato por si só, diferente do acontecimento por pertencer à ordem da linguagem e do discurso.

Entretanto posso, a partir do exame crítico das notícias enquanto fatos em si mesmos, destacar a postura sexista dos jornais, evidenciada na tendência de excluir as notícias sobre a mobilização das mulheres das seções nobres do jornal, como *Capa* e *Opinião*, e na exclusão de referências diretas ao *feminismo* e às *feministas*.

Levando em conta o relativamente baixo prestígio dos papéis desempenhados pelas mulheres na sociedade, a localização das notícias das mulheres e sobre mulheres nos jornais não surpreende, já que os jornalistas fazem naturalmente parte dessa sociedade. Apenas revela que a imprensa escrita respeita os preconceitos de gênero tradicionalmente presentes na sociedade.

Pela mesma razão, a omissão dos termos *feminismo* e *feminista* tampouco surpreende à primeira vista, mas sim quando se leva em conta que a função dos meios jornalísticos é divulgar o fato novo que cria, tanto dos acontecimentos como também dos atores sociais que os realizam. Neste caso, os acontecimentos são resguardados, mas os atores sociais parecem deliberadamente invisibilizados, revelando que o comprometimento da imprensa escrita com os preconceitos de gênero tradicionais lhe impede o desempenho efetivo de sua função.

Os resultados da análise aqui realizada, de longe pretendem ser conclusivos. Porém, certamente estimulam a reflexão e abrem linhas de indagação importantes para meu projeto intelectual. A primeira delas é a percepção de que o feminismo não é apenas uma crítica cultural, mas, principalmente, uma produção cultural exclusiva das mulheres, na medida em que cria uma nova concepção sobre o mundo, fundamentada na equidade entre mulheres e homens e, por desdobramento lógico, se não de prática, se estende a outras desigualdades.

A segunda linha de indagação tem a ver com a ligação entre as crises sociais e a emergência e afirmação do movimento feminista em outros países das Américas, sendo a indagação central: em que medida outras crises sociais, diferentes do autoritarismo militar e da insurgência social por ele gerado, contribuíram para transformar reivindicações gerais em movimentos sociais de mulheres.

Uma terceira linha de indagação se refere à capacidade do feminismo, enquanto novo movimento social, de ter um impacto mais subversivo e efetivo, justamente porque sua legitimidade emana do seu desinteresse pela tomada do poder. Intimamente relacionada com essa linha de indagação, surgem interrogantes sobre a capacidade do feminismo de influenciar a definição das políticas públicas e o orçamento a elas garantido e de, sem alterar o regime estabelecido, nele introduzir mudanças que emanam das bases.

A interrogação se faz pertinente por constatar o êxito alcançado pelo movimento feminista ao reivindicar atuações específicas do Estado para gerar práticas de governabilidade democrática que permitam novas formas de institucionalização e de mediação com os interesses das mulheres que resultam na formulação e implementação de políticas públicas específicas de sua condição. A pesquisa permitiu-me lançar o olhar sobre essa capacidade do feminismo de influenciar as ações institucionais, ao visualizar a resposta dada pelo Estado brasileiro ante as reivindicações feministas no período estudado, criando o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres e garantindo, sem dúvida, com a Constituição de 1988, muitos direitos que até então tinham sido negados às mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIBLIOGRAFIA

ALEXANDER, Jeffrey C. et. al. *Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil: Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. Revista Brasileira de Ciências Sociais.* São Paulo, v. 13, n. 37, 1998.

ALVAREZ, Sonia et al. *Encountering Latin American and Caribbean feminisms.* In: *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 2, 2003.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana.* Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 1997.

AUSTIN, J.L. *How to do Things with Words.* Londres: Oxford University Press, 1962.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

_____. *The Logic of Practice.* Cambridge: Polity Presse, 1990.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade.* São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Tempo e Tradição: Interpretando a Antropologia.* Série Antropológica/41. Brasília: Universidade de Brasília, 1984.

COBO, Rosa. *Multiculturalismo, Democracia Paritaria y Participación Política.* In: *Política y Sociedad*, Madrid, nº 32, 1999.

COHEN, Jean. et. al. *Strategy or Identity: New Theoretical Paradigms and Contemporary Social Movements*. In: *Social Research*, vol. 52, n. 4, pp. 663-716, 1985.

COSTA, Ana Aline A. *O Movimento Feminista no Brasil: Dinâmicas de uma Intervenção Política*. In: *Labrys Estudos Feministas*, jan/jul, 2005.

FOUCAULT, Michell. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1972.

FOUCAULT, Michell. *Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1999.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

JELIN, E. *Women, Gender, and Human Rights*. In Jelin, E. e E. Hershberg (eds.) *Constructing Democracy. Human Rights, Citizenship, and Society in Latin América*. Oxford: Westview Press, 1996.

KUHN, Tomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

CUNHA, I. F. *O SPSS e os estudos sobre os media e o jornalismo*. In: LAGO, C. & BENETTI, M. *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MARX, Karl. *O 18º Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ed, 1974.

MONTECINOS, V. et al. *Feministas e tecnocratas na democratização da América Latina*. In: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 11, n. 2, 2003.

- MONTORO, T. S. *La Violência como Notícia: Un análisis de los telediaros de mayor audiencia em Brasil*. Tese apresentada a la Facultad de Ciencias de la Comunicación da Universidad Autónoma de Barcelona, 2001.
- MONTORO, T. S. *Notícias de violência: uma leitura*. In: SUAREZ, M. & BANDEIRA, L. *Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1999.
- MOTTA, L. G. *Análise pragmática da narrativa jornalística*. In: LAGO, C. & BENETTI, M. *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- OFFE, C. et al. *New Social Movements: Challenging the Boundaries of Institutional Politics*. *Social Research*, vol. 52, n. 4, pp. 817-868. 1985.
- ROCHA, M. N. *Movimentos Sociais e a Internet*. Dissertação submetida ao Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, 2005.
- SADER, E. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SORJ, Bila. *O feminismo e os dilemas da sociedade brasileira*, in Bruschini, Cristina, Unbehaum, Sandra G. (orgs.) *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: editora 34, 2002.
- SOUSA, J. P. *Teorias da Notícia e do Jornalismo*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2002.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Subaltern Studies: Deconstructing Historiography*. In: Spivak, Gayatri

Chakravorty, *Other Worlds: Essays in Cultural Politics*. New York & London: Routledge, 1988.

SUÁREZ, Mireya. *Gender and the Law: The Social Science Perspective. The American University Journal of Gender Social Policy & the Law*, vol. 7, no.2, pp. 307-316. 1998.

SUÁREZ, Mireya. *Desconstrução das categorias "Mulher" e "Negro"*. Série Antropologia número 133, Universidade de Brasília, 1992.

TOURAINÉ, A. et. al. *The study of Social Movements. Social Research*, vol. 52, n. 4, pp. 749-787. 1985.

_____. *Na fronteira dos movimentos sociais. Sociedade e Estado*, vol. 21, n. 1, pp. 17-28. 2006.

_____. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. *O mundo das mulheres*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. *O Retorno do Actor*. Lisboa: Instituto Piaget, 1984.

TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, 1995.

TUCHMAN, G. *La producción de la noticia. Estudio sobre la construcción de la realidad*. Barcelona: Gili, 1983.

VALENTE, Virgínia Vargas. *Los feminismos peruanos: breve balance de três décadas*. In *Histórias, Confluências y Perspectivas – 25 años de feminismo en el Peru*. Peru: Heinrich Bollstiftung, 2004.

JORNAIS

CORREIO BRAZILIENSE, Brasília: 23 set., p. 23, 1979.

CORREIO BRAZILIENSE, Brasília: 28 out., p. 13, 1979.

CORREIO BRAZILIENSE, Brasília: 7 ago., p.5, 1982.

CORREIO BRAZILIENSE, Brasília: 12 jan., p. 3, 1985.

CORREIO BRAZILIENSE, Brasília: 27 set., p. 4, 1986.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro: 2 set., p. 14, 1979.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro: 22 set., p. 15, 1979.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro: 3 dez., p. 2, 1979.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro: 11 out., p. 13,
1980.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro: 1 mar., p. 2, 1982.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro: 9 mar., p. 2, 1984.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro: 29 nov., p.2, 1987.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro: 11 set., p.8, 1988.

O ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo: 1 nov., p. 22,
1981.

O ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo: 9 mar., p. 21,
1982.

O ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo: 3 set., p. 38,
1983.

ANEXO

Exemplos de fragmentos de notícias não utilizados no texto do livro.

“É indistarcável a existência da discriminação contra a mulher em quase todos os setores da atividade humana que compõem o mecanismo da sociedade brasileira”. (relatório da Comissão de Inquérito, criada em 1977, para examinar a situação da mulher na sociedade brasileira, em particular no aspecto trabalhista).

O Almirante Walter de Faria Aciol, Comandante Naval de Brasília, afirmou ontem que a presença da mulher em serviços da Marinha representa uma abertura política que se justifica, “porque a mulher brasileira já demonstrou sua capacidade de exercer funções técnicas e de nível superior” como o homem. O Almirante se referia ao

As donas-de-casa de Brasília que vêm boicotando o consumo de carne resolveram ontem criar a Associação dos Vigilantes Contra a Carestia (AVCC) e logo após o carnaval tentarão fazer o registro da entidade.

Vera Santana, líder do movimento, disse que as donas-de-casa não se importam que o Governo tenha segunda intenção ao apoiar o boicote à carne - a de formar excedentes para exportação. Para ela, a diminuição do consumo de carne deverá reduzir seu preço. "e seria até interessante que o país ganhasse divisas por causa do boicote".

O Movimento do Boicote à Carne promovido por donas-de-casa brasilienses, depois de programar piquetes "móveis e pacíficos", nos principais supermercados do Distrito Federal, para amanhã, de hoje, às 15 horas, realizará uma Assembleia Geral na Rádio Planalto, no Setor de Rádio e TV, para fazer uma avaliação da campanha. O prognóstico das líderes do movimento é de que deverão comparecer ao encontro milhares de donas-de-casa.

As donas-de-casa brasileiras que participam do movimento de boicote à carne, ao feijão roxinho e aos gêneros alimentícios que estão em alta, reuniram-se ontem no auditório da Rádio Planalto, quando foi feito um balanço da penetração e mobilização dos consumidores em torno da proposta. Ficou acertado para amanhã um encontro de uma comissão de 10 mulheres com o secretário especial de Abastecimento e Preços, da Secretaria de Planejamento, Carlos Viacava, quando “serão ditas algumas verdades”, como garantiu Vera Santana, a líder do movimento.

A reunião de ontem das donas-de-casa com os gerentes de supermercados, na sede da ASUPER (Associação dos Supermercados do Brasil, seção DF), a princípio para que as duas partes trocassem “idéias” sobre o “listão da economia”, acertado anteontem entre os comerciantes e a Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (SEAP), e sobre o movimento de boicote deflagrado pelas donas-de-casa brasileiras foi muito tensa, com momentos de discussões muito ríspidas.

- Um congresso feminino é importante como uma primeira etapa pois a mulher precisa tomar conhecimento de seus problemas específicos, mas a etapa seguinte deveria ser um grande congresso de homens e mulheres — disse a deputada Irmã Passoni, do PMDB.

xualidade e a questão do aborto. Para a líder do movimento feminino pela anistia, Licia Peres, a década de 80 será boa para a mulher "que romperá sua marginalização, produzindo e educando, para cumprir um papel importante na modificação da sociedade".

O embaixador brasileiro no Uruguai, Antônio Correa do Lago, foi convocado ontem a Brasília pelo Chanceler Saraiva Guerreiro, para consultas. Embora o Itamarati tenha anunciado que o motivo da medida seja uma análise das relações bilaterais, a situação da brasileira Flávia Schilling aparecia como principal assunto em pauta.

A disposição das donas-de-casa de lutarem pelos seus direitos de consumidoras ganha corpo em Brasília, a ponto de já se falar na criação de uma Associação Nacional de Defesa do Consumidor — como ficou delineado na reunião — que tenha uma constituição e que seus estatutos sejam regidos tanto aqui como nos demais estados da Federação, com a finalidade de fiscalizar e protestar contra os preços altos.

June Hellman destacou, em sua conferência, que o movimento pelo sufrágio feminino começou no início do século passado em vários países. Nos Estados Unidos a luta pelos direitos da mulher confundiu-se, em grande parte, com o combate à escravidão. No Brasil, a ação de Bertha Lutz, uma das primeiras mulheres a ingressar no serviço público, foi decisiva para a realização feminina.